

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça de SP decide afastar presidente do TRE

Desembargador é um dos cinco juizes beneficiados com pagamentos privilegiados de até R\$ 1,5 milhão na corte

Tribunal paulista abriu processos disciplinares sobre os casos; segundo o presidente do TJ, há indícios de 'conluio'

O Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu afastar o desembargador Alceu Pentado Navarro, que também ocupa a presidência do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de suas funções de juiz.

O Órgão Especial do TJ também abriu processo administrativo disciplinar contra Navarro e outros quatro desembargadores que receberam verbas trabalhistas atrasadas "furando a fila" de quitações da corte, em valores entre R\$ 400 mil e R\$ 1,5 milhão, de 2006 a 2010.

Como revelado pela **Folha**, Navarro foi um dos três ex-integrantes da Comissão de Orçamento do tribunal beneficiados com os pagamentos privilegiados, segundo investigação do próprio tribunal.

Também serão alvo dos processos os desembargadores Fábio Gouvêa e Tarcísio Vianna Cotrim, além dos ex-presidentes do TJ Roberto Bellocchi, já aposentado, e Antonio Carlos Viana Santos, morto em 2011. Os afastamentos valem até a conclusão dos procedimentos.

Segundo o voto do presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, há "indícios veementes" de que houve um "conluio" entre os cinco magistrados para satisfazer in-

teresses próprios e de servidores ligados a eles, que também receberam pagamentos fora da ordem da corte.

Para Sartori, a investigação aponta a suspeita de que os desembargadores montaram uma "administração paralela" no tribunal, que teria sido responsável por "ilícitos administrativos" ao realizar os pagamentos privilegiados.

O voto indica ainda que muitos dos pagamentos não tiveram "critério algum" e, nos casos em que houve justificativas, como necessidades de saúde, elas não foram compatíveis com os altos valores liberados.

Durante a discussão dos casos, o desembargador Ruy Coppola disse, com ironia, que os investigados tinham, sim, um critério para autorizar os desembolsos: "Farinha pouca, meu pirão primeiro".

A votação no Órgão Especial pelo afastamento de Navarro foi apertada: 13 a 12. Em relação aos afastamentos dos outros desembargadores, Gouvêa e Vianna Cotrim, a decisão foi contrária.

O voto decisivo nos três casos foi o do presidente do tribunal. Em relação a Navarro, Sartori disse que havia indícios de irregularidades quando ele exerceu a função de ordenador de despesas na comissão de Orçamento do TJ.

Como a presidência do TRE também envolve atos como ordenador de despesas, Navarro deveria ser afastado do cargo, segundo Sartori.

Já Gouvêa e Cotrim não estão atuando em funções ligadas a finanças, e por isso poderiam continuar com suas atividades jurisdicionais, de acordo com o presidente.

O entendimento da maioria dos membros do Órgão Especial foi o de que o afastamento de Navarro das funções de juiz leva à perda do cargo de presidente do TRE.

Os pagamentos privilegiados no TJ passaram a ser investigados pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em dezembro do ano passado, como informado pela **Folha**.

Em janeiro, após assumir o comando do TJ, Sartori determinou que as quitações fossem investigadas. Agora os processos disciplinares podem levar à aposentadoria compulsória ou ao afastamento remunerado (disponibilidade, na linguagem jurídica) dos envolvidos.

DEFESAS

Para Antônio Claudio Mariz de Oliveira, advogado de Navarro, o afastamento do magistrado no TJ não deveria levar à perda do cargo no TRE. "Quando ele [Navarro] assumiu a presidência no TRE sua jurisdição estadual já estava suspensa. O mandato dele de dois anos na Justiça Eleitoral deve ser cumprido até o fim", disse Mariz.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

31 MAI 2012

O advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira, que defende Navarro (em parceria com Mariz), Gouvêa e Cotrim, disse que seus clientes apenas cumpriram ordens dos presidentes da corte e não podem ser responsabilizados pelos pagamentos privilegiados.

A defesa de Bellocchi informou apenas, por meio de sua assessoria, que iria recorrer contra a decisão do TJ.

A reportagem não localizou o advogado dos herdeiros de Viana Santos.

“O mandato dele na Justiça Eleitoral deve ser cumprido até o fim

ANTÔNIO MARIZ DE OLIVEIRA
advogado de Alceu Navarro

PROCESSO ABERTO

TJ-SP abre processo por suspeita de pagamentos privilegiados a desembargadores



O QUE FOI PAGO

Em 2000, uma decisão do STF determinou que a Justiça pagasse a magistrados uma dívida trabalhista retroativa de 1994 a 2000



O PROBLEMA

Cada tribunal pagou de um jeito. Suspeita-se que alguns desembargadores do TJ-SP receberam o dinheiro em condições favorecidas



A INVESTIGAÇÃO

Ontem, o TJ decidiu abrir processo disciplinar contra cinco desembargadores. O caso começou a ser investigado pelo CNJ em dezembro

QUEM SÃO OS DESEMBARGADORES

ATUAM NO TRIBUNAL

Alceu Penteado Navarro
QUANTO RECEBEU
R\$ 640 mil
FOI AFASTADO ONTEM

Fábio Monteiro Gouvêa
QUANTO RECEBEU
R\$ 713 mil

TARCÍSIO VIANNA COTRIM
QUANTO RECEBEU
R\$ 632 mil

PENA POSSÍVEL
Aposentadoria compulsória ou afastamento remunerado

NÃO ATUAM NO TRIBUNAL

Roberto Bellocchi
(aposentado)
QUANTO RECEBEU
R\$ 1,4 milhão

Antonio Viana Santos
(morto em 2011)
QUANTO RECEBEU
R\$ 1,3 milhão

FOLHA DE S. PAULO

Membros do TCE do Paraná vão receber R\$ 60 mil para alimentação

Pagamento é retroativo a 2004 e segue paridade com Procuradoria

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Conselheiros, auditores e procuradores do Tribunal de Contas do Paraná receberam R\$ 60 mil de auxílio para alimentação neste mês de maio.

O pagamento do benefício, que é retroativo a 2004, foi autorizado pelo corte após o Tribunal de Justiça do Paraná ter feito o mesmo com seus desembargadores, em abril.

“Pela lei, há paridade entre os desembargadores e os conselheiros do TCE”, afirmou o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Fernando Guimarães.

De acordo com ele, o pagamento se fundamenta em resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de novembro de 2011, que estendeu a juízes os privilégios recebidos por membros do Ministério Público Federal.

O auxílio-alimentação na Procuradoria foi implantado em 2004 —motivo pelo qual o mesmo benefício nos outros tribunais são retroativos a essa data.

Além do montante retroativo, cada um dos 23 conselheiros, auditores e procuradores do Tribunal de Contas receberá, a partir de agora, R\$ 630 mensais de auxílio-alimentação. O salário médio deles é de R\$ 24 mil.

“A sociedade tem todo o direito de questionar [o benefício]. Também acho que o professor deveria ter melhor salário, várias carreiras do Estado precisam de revisão. Agora, esse auxílio é um direito”, afirma Guimarães.

O TCE-PR desembolsou cerca de R\$ 1,3 milhão neste mês para pagar os auxílios retroativos. O gasto mensal com o benefício será de R\$ 14 mil.

No TJ-PR, 112 desembargadores começaram a receber o auxílio neste mês. O gasto mensal com o benefício é de R\$ 70,5 mil.

31 MAI 2012

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Para STF, atrito com Lula é caso pessoal

A maioria dos ministros decidiu que a corte não deve tomar posição oficial em defesa do colega Gilmar Mendes

A consulta foi feita nos últimos dias pelo presidente Carlos Ayres Britto, que concorda com essa avaliação

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) avalia que a corte não deve se posicionar em defesa do colega Gilmar Mendes ou contra o ex-presidente Lula. Entre os magistrados, predomina o entendimento de que o encontro entre Lula e Gilmar não foi um episódio institucional, mas pessoal.

A posição foi tomada a partir de consulta feita nos últimos dias pelo presidente do STF, Carlos Ayres Britto. No polêmico encontro, o petista teria pedido ao ministro para tentar adiar o julgamento do mensalão, segundo a versão de Mendes. Lula e o ex-ministro Nelson Jobim, o anfitrião do encontro, negam.

Ayres Britto conversou com a maioria dos ministros para ouvi-los se caberia algum tipo de posicionamento formal do Supremo, seja emitindo nota em defesa de Gilmar Mendes, seja adotando medida oficial interpelando o ex-presidente Lula.

Segundo a **Folha** apurou, todos os consultados “não viram sentido” num posicionamento formal da corte por avaliarem se tratar de caso “pessoal” envolvendo Mendes, e não um episódio que atinja a instituição diretamente. Esta também é a posição de Ayres Britto.

A decisão não significa

que, individualmente, os colegas de Gilmar Mendes não o defendam, como já foi feito pelo ministro Celso de Mello.

Ontem, no intervalo da reunião de plenário do STF, Britto disse que Mendes não pediu nada ao ser questionado se o colega havia solicitado alguma posição do STF.

Afirmou ainda que “ninguém tomou essa iniciativa [de pedir posição oficial] porque entendeu que não há gravidade suficiente para isso, estou supondo”.

Britto aproveitou para defender o Supremo de pressões políticas por conta do julgamento do mensalão.

“O Judiciário está imune a esses dissensos. Tenho dito reiteradamente que nós somos experimentados em enfrentamento de situações de toda ordem. Isso não nos tira do eixo. Nós não perdemos o foco, que o nosso dever é o de julgar todo e qualquer processo, inclusive esse chamado de mensalão, com objetividade, imparcialidade, serenidade”, afirmou.

Britto disse que o STF “é sobranceiro, altivo, independente, consciente de sua função institucional”, acrescentando que “aqui ninguém está abalado com isso [a polémica entre Mendes e Lula], no sentido de predisposição para absolver ou condenar”.

Durante a sessão de ontem, a primeira após a revelação do episódio, não houve qualquer comentário sobre o encontro de Lula e Mendes.

Além de entrar em contato com os colegas, Britto decidiu procurar Gilmar Mendes pessoalmente anteontem à noite depois de ser informado das entrevistas que o ministro havia dado atacando diretamente Lula.

O presidente do STF foi à casa de Gilmar Mendes e pediu que ele baixasse o “tom de suas declarações”. Ontem, Britto afirmou que a visita não foi nem para se “solidarizar” nem para “recriminar” o colega. “Simplesmente trocamos ideias”, disse.

Em busca de apoio no Congresso, Mendes encaminhou documentos a parlamentares para tentar comprovar que não voou em aeronave cedida pelo empresário Carlinhos Cachoeira no ano passado.

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em 2012, ex-presidente se reuniu com 5 dos 11 ministros do Supremo

Só Gilmar Mendes diz ter sido questionado por Lula sobre julgamento do mensalão

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Pelo menos 5 dos 11 ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) se encontraram com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste ano, mas apenas Gilmar Mendes afirma ter discutido sobre o julgamento do mensalão.

Os outros quatro ministros que encontraram o ex-presidente, todos indicados ao STF por Lula, são: José Antonio Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto.

Apenas Luiz Fux não respondeu aos questionamentos da **Folha**. Rosa Weber, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello disseram não ter encontrado o ex-presidente.

Mendes relatou um encontro que teve com Lula, no escritório do ex-ministro Nelson Jobim, no qual o ex-presidente teria insistido que o mensalão não poderia ser julgado em 2012.

De acordo com Mendes, ao perceber que a conversa não

teria efeito —já que o ministro defende a realização do julgamento ainda neste semestre—, Lula passou a falar sobre episódios que poderiam levar o magistrado à CPI do Cachoeira. Lula e Jobim confirmam o encontro, mas negam o teor da conversa.

OUTROS ENCONTROS

Toffoli e Cármen Lúcia afirmaram ter visitado Lula no hospital Sírio-Libanês em abril, em ocasiões diferentes. Dizem que não trataram do mensalão. Toffoli diz ainda que Lula nunca pediu sua participação no julgamento.

Já Lewandowski não deu detalhes do encontro. Nos bastidores há duas versões.

A primeira é a de que o ministro também foi visitar Lula no hospital. A segunda é a de que teriam se encontrado em São Bernardo (SP). O ministro afirmou apenas que “o presidente Lula jamais falou sobre a AP 470 [ação penal do mensalão] comigo”.

O encontro de Ayres Britto com Lula foi público, no Palácio da Alvorada, em maio.

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENCONTROS DE LULA COM MINISTROS DO STF

O que dizem os integrantes do Supremo

CONVERSOU

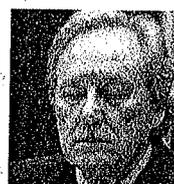
Com exceção de Mendes, todos negam ter falado do mensalão; a maioria visitou Lula no hospital; Britto o encontrou no Alvorada



Dias Toffoli



Cármen Lúcia



Ricardo
Lewandowski



Carlos Ayres Britto



Gilmar Mendes

O ministro diz que, em 26 de abril, Lula lhe disse que seria conveniente adiar o julgamento do mensalão. Lula e Nelson Jobim negam essa versão

NÃO CONVERSOU

Dizem que nunca se encontraram com o ex-presidente, mas também não foram procurados por Lula



Rosa Weber



Joaquim Barbosa



Celso de Mello

SEM RESPOSTA



Marco Aurélio Mello



Cezar Peluso



Luiz Fux

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

31 MAI 2012

ANÁLISE

JOAQUIM FALCÃO

Que comportamento se deve exigir de um ministro do STF?

O encontro entre o ex-presidente Lula e o ministro Gilmar Mendes levanta vários debates. Os mais imediatos são sobre comportamento pessoal e impacto deste encontro no julgamento do mensalão. Levanta também outra importante discussão.

Na democracia, precisamos de um Supremo independente e imparcial. Não é privilégio que a Constituição lhe concedeu. É direito e necessidade dos cidadãos. É um dever dos ministros. Por isso, a sociedade precisa decidir qual comportamento profissional e pessoal dos ministros melhor assegura esse direito.

Além de reputação ilibada e notável saber jurídico, o que mais se deve exigir de um ministro do STF? Essa questão é muito atual porque Dilma deve indicar neste ano pelo menos dois novos ministros. Qual perfil ela escolherá?

Excluindo a presidência do STF, que tem obrigações próprias, no STF há hoje dois perfis distintos. De um lado ministros mais discretos, que não se pronunciam, exceto nas audiências, e que mantêm distância de Executivo, Legislativo e representantes de interesses em julgamento. Vida pessoal recatada.

Por outro lado há ministros que se pronunciam fora dos autos, estão diariamente na mídia, mantêm contatos políticos, participam de seminários e reuniões com grupos de interesse.

A questão crucial, dizem uns, não é se o ministro deve falar fora dos julgamentos, estar na mídia ou se relacionar social e politicamente. A questão é haver transparência antes, durante e depois

dos relacionamentos. E que não faça política. As agendas, os encontros, as atividades dos ministros deveriam ser publicados de antemão.

Em alguns países o juiz não recebe uma parte sem a presença da outra tão grande é a preocupação com a imparcialidade. O que alguns ministros praticam aqui no STF. Ou grava-se a conversa para assegurar a fidelidade do que ocorreu e proteger o ministro de propostas inadequadas.

Como aperfeiçoar o direito dos cidadãos a magistrados independentes e imparciais e evitar situação como esta é a grande tarefa democrática.

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

É legítimo Lula opinar sobre julgamento, afirma ministro

Marco Aurélio diz ter estranhado demora de Mendes em revelar encontro

Magistrados podem ouvir as pessoas, mas decidem segundo o próprio convencimento, argumenta ministro

O ministro Marco Aurélio Mello, o segundo mais antigo dos 11 integrantes do Supremo Tribunal Federal, disse ontem considerar "legítimo" e "normal" que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifeste sua opinião sobre a data que considera mais conveniente para o julgamento do mensalão.

"Admito que o ex-presidente pudesse estar preocupado com a realização do julgamento no mesmo semestre das eleições. Isso aí é aceitável", afirmou o ministro em entrevista à **Folha** e ao UOL.

Listou em seguida os motivos: "Primeiro, porque é um leigo na área do direito. Segundo, porque integra o PT. Portanto, se o processo envolve pessoas ligadas ao PT, obviamente, se ocorrer uma condenação, repercutirá nas eleições municipais".

No fim de semana, a revista "Veja" revelou que Gilmar Mendes (também ministro do STF) e Lula se encontraram em abril no escritório do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim. Segundo Mendes, o ex-presidente disse que o julgamento do mensalão deveria

ser adiado para depois das eleições deste ano.

De acordo com Marco Aurélio, juízes estão sempre prontos a ouvir, mas "decidimos de acordo com o nosso convencimento".

"Penso que o ex-presidente Lula não tratou do mérito do processo-crime. O que ele fez foi revelar que não seria bom, em termos eleitorais, o julgamento do processo no segundo semestre de 2012."

'TUDO ERRADO'

Apesar de conceder que Lula dê sua opinião sobre datas de julgamento, Marco Aurélio considera que "está tudo errado" no encontro entre o ex-presidente e Mendes. "Há erro quanto à localização, erro quanto ao encontro em si e erro quanto ao que foi realmente veiculado."

Sobre Mendes ter dito que se sentiu pressionado por Lula para atrasar o julgamento, Marco Aurélio diz não ter entendido "o espaço de tempo entre o ocorrido, o encontro, e a divulgação do encontro".

Ele afirmou ter tomado conhecimento de que "alguém estaria vazando informações" e que Mendes "se adiantou para realmente escancarar o episódio".

Marco Aurélio expressou incompreensão a respeito da suposta chantagem que teria sido feita por Lula contra Mendes. "Não entendo por

que cogitar-se de proteção a Mendes. O ministro não está sendo investigado na CPMI."

A CPMI no caso é a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga os negócios de Carlos Cachoeira e suas relações com autoridades e políticos. Segundo Mendes, ele estaria sendo vítima de notícias falsas sobre conexões que teria com Cachoeira e o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Embora se recuse a comentar, Marco Aurélio admite não ter uma boa relação com Mendes — "é estritamente institucional".

No STF, em geral, a convivência entre os ministros não é amena: "O Supremo é composto de ilhas. Nós não temos uma convivência social maior (...) Infelizmente, já até se proclamou que o colegiado é um ninho de víboras".

“ Admito que o ex-presidente pudesse estar preocupado com o julgamento no mesmo semestre das eleições. Isso aí é aceitável

MARCO AURÉLIO MELLO

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Liberdades iradas

Na sua exaltação, o ministro Gilmar Mendes ainda não reparou que tem municiado quem queira atacá-lo

31 MAI 2012

O EXCESSO de raiva e a aparente perda de controle em Gilmar Mendes talvez expliquem, mas não tornam aceitável, que um ministro do Supremo Tribunal Federal faça, para a opinião pública, afirmações tão descabidas.

Nem o próprio Supremo é poupado no ataque atual de Gilmar Mendes, que assim o define em entrevista ao "Globo": "Já é um Poder em caráter descendente". Não há por que duvidar desse sentimento particular de Gilmar Mendes, mas também não há como atribuir a tal afirmação, feita de público e plena gratuidade, um qualquer propósito respeitável.

Ali demolidor, pelo método da implosão, é também deste ministro, no mesmo dia, porém à **Folha**, a atribuição deste motivo para o que diz ter ouvido de Lula: "Dizer que o Judiciário está envolvido numa rede de corrupção", para "melar o julgamento do mensalão".

A afirmação sobre o Supremo, com provável sinceridade; a outra, uma ficção sem sequer um indício em seu favor. Lula, o PT e os réus do mensalão nada ganhariam com uma investida contra o Judiciário. Sabem disso na mesma proporção em que a imaginação ficcionista não sabe.

Na sua exaltação, o ministro Gilmar Mendes ainda não reparou que tem municiado quem queira atacá-lo. Já deu, por exemplo, três versões para o custeio da viagem em que se encontrou, na Europa, com Demóstenes Torres. A tal viagem das suas sensibilidades tocadas pelo que "pareceram insinuações" de Lula.

Na primeira referência feita (estão todas impressas e gravadas), disse haver respondido a Lula que via-

jou "com recursos próprios". Na segunda, fez viagem oficial, custeada pelo Supremo, para um evento na Espanha, e dali à Alemanha pagou ele mesmo. Na terceira (ainda na entrevista ao "Globo"): "Fui a Berlim em viagem oficial. Por conta do STF".

Afinal, não se sabe como a viagem foi paga nem isso está em questão. Mas é compreensível que estivesse em boatos. Como amanhã pode estar a história de que Lula planejava denunciar o Judiciário como uma rede de corrupção. Por haver boato sobre a viagem, e indagar a respeito, é "gangsterismo, molecagem, banditismo, a gente está lidando com gângsteres", como disse Gilmar Mendes? Não, não disse: vociferou, iradíssimo.

Com base em que fatos um ministro do Supremo Tribunal Federal faz a acusação pública de que Lula — no caso, importa sobretudo serem um ex-presidente da República e um magistrado — é "a central de divulgação" dos boatos infamantes? Acusação de tal ordem não precisa nem indícios, é só emití-la?

O Congresso foi poupado da reação de Gilmar Mendes graças à falta, na inquirição de Demóstenes Torres, de uma pergunta que, normalmente, não faltaria. Logo no primeiro lote de telefonemas gravados de Carlos Cachoeira, apareceu o pedido do senador de que o contraventor pagasse os R\$ 3.000 de um táxi aéreo. Gilmar Mendes, negando ter usado avião de Carlos Cachoeira, disse que foi a Goiás convidado por Demóstenes Torres, para um jantar. Foi "de táxi aéreo".

Ninguém perguntou a Demóstenes que voo seria pago por Cachoeira. Ninguém perguntou se Gilmar Mendes e outros ministros estavam no voo dos R\$ 3.000. Nada demais se estivessem, nem poderiam saber quem viria a pagar pelo voo. Apesar disso, a encrenca resultante já estaria engatilhada, com a imagem institucional do Supremo a aguentar suas manifestações.

Com muita constância, somos chamados a discutir o decoro parlamentar. Não são apenas os congressistas, no entanto, os obrigados a preservar o decoro da função.

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CLÁUDIA ANTUNES

O intrigante Mendes

RIO DE JANEIRO - Graças à incompetência Tucana e demista para fazer uma oposição efetiva e ao antilulismo visceral de parte da sociedade, o ministro do STF Gilmar Mendes foi alçado à vanguarda de combate ao governo passado — ao lado de figuras mais histriônicas do que sérias, como Demóstenes Torres.

Só esse histórico explica que ele conte com plateias dispostas a endossar, em princípio, uma acusação grave, a de que foi alvo de chantagem de Lula para que ajudasse a adiar para depois das eleições o julgamento, no STF, dos réus do mensalão.

O relato de Mendes enfrenta desmentidos, e não apenas de Lula e de Nelson Jobim, participantes de um encontro que nunca deveria ter ocorrido. O ministro Lewandowski, revisor do processo do mensalão, diz que não foi pressionado pelo ex-presidente. O ex-ministro Sepúlveda Pertence diz que não foi procurado para convencer a ministra Cármen Lúcia a aderir à tese do adiamento.

Mendes usa verve de herói republicano e cita votos seus favoráveis aos petistas Palocci e Mercadante. No entanto sua velha advertência contra um “Estado policial”, por exemplo, se apoiou em denúncia nunca provada, a de que agentes federais teriam grampeado uma conversa dele com Demóstenes.

No escândalo atual, há ao menos duas contradições intrigantes. Mendes tem dito que Lula irradiava boatos destinados a envolvê-lo com Carlos Cachoeira. Mas informações relativas à relação dele com Demóstenes, que poderiam dar margem a tal ilação, só tiveram divulgação ampla depois de sua entrevista à “Veja”.

O ministro também diz querer preservar a autoridade do STF. Mas quando evoca o fantasma da Venezuela para alertar contra uma suposta interferência do Executivo na Justiça obtém o efeito oposto, de semear dúvidas sobre a autonomia do Supremo e o resultado do julgamento, seja este qual for.

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Medo de cadeia

SÃO PAULO - O julgamento do mensalão assusta demais o PT e é isso que torna crível o relato de Gilmar Mendes sobre a tal pressão que Lula teria feito sobre o ministro do STF. É grande o risco de que algum figurão do partido saia algemado do Supremo Tribunal Federal.

José Dirceu, por exemplo, descrito na denúncia do procurador-geral "como integrante do núcleo central de uma complexa organização criminosa", é acusado por formação de quadrilha e corrupção passiva. Se for condenado, pode pegar vários anos de cadeia. Genoíno, Delúbio e João Paulo podem ter o mesmo rumo.

Os próprios advogados dos réus já os alertaram sobre essa possibilidade. Qual o impacto de uma cena desse tipo na eleição de outubro, na imagem do PT e na do próprio Lula?

Preocupado, o ex-presidente mobilizou o partido em favor da CPI do caso Cachoeira. Imaginou que a investigação poderia desmoralizar os "autores da farsa do mensalão", como bem disse o presidente do

PT, Rui Falcão, em vídeo do partido.

Até agora, no entanto, conseguiu apenas acirrar os ânimos e atrair mais holofotes para o julgamento. O mesmo efeito obteve com o tal encontro com Gilmar Mendes.

Pesa a favor de Lula a declaração de Nelson Jobim, que presenciou o encontro. O ex-ministro de Lula e ex-ministro do STF desmentiu Mendes, mas, dado o seu histórico, não é exatamente uma testemunha confiável.

Jobim, para quem não se lembra, fez parte de um dos episódios mais lamentáveis da história do Brasil quando, em 1988, participou de um acordo pelo qual foram incluídos no texto da Constituição artigos que não haviam sido votados.

De qualquer modo, tendo ou não havido pressão, o episódio esquentou ainda mais o clima. O julgamento do mensalão ganha cada vez mais ares de disputa política, com juízes pressionados e raivosos. E isso não é bom para ninguém. Mais do que o destino dos réus, está em jogo a credibilidade do Judiciário.

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Abstinência de poder

BRASILIA - Como escrito nas estrelas desde o encontro nada institucional entre Lula e Gilmar Mendes, Gilmar destrambelhou e se jogou no centro de uma fogueira que não era dele, enquanto Lula faz o caminho inverso: assume a condição de vítima, com direito a homenagem de Dilma em palácio, vídeo do presidente do PT e guerrilha da "militância abnegada" na internet.

Antes que o grave erro de Lula passe a contar a favor e não contra ele, registre-se que o fim do poder lhe fez muito mal. Desde que desceu a rampa do Planalto, Lula vem pisando em falso e botando os pés pelas mãos.

Impôs unilateralmente Haddad ao PT-SP, assim como impusera Roseana Sarney para o PT-MA. São Paulo, porém, não é o Maranhão e Marta Suplicy não é Domingos Dutra.

Haddad é, de fato, um bom produto eleitoral e, se ganhar, será um fenômeno à la Dilma. Mas, por enquanto, patina e custa cada vez mais caro na negociação com os aliados.

Lula também atropelou Dilma, o

Congresso e meia bancada do PT ao exigir a criação de uma CPI que só interessava à sua sanha contra a oposição e para embaçar o mensalão.

Do ponto de vista prático, Cachoeira e seus comparsas já estavam presos, Marconi Perillo já tinha caído nos grampos da PF e Demóstenes já estava na lona. Agora, com a quebra de sigilo da Delta, muitos aliados e muitas obras do governo federal podem entrar na dança.

E, enfim, nada pode ser mais "faca no pescoço" do Supremo (como temem os advogados dos réus do mensalão) do que a pressão, orientação ou insinuação de um ex-presidente tão popular e que indicou 8 dos 11 ministros da corte. O que mais Lula pretenderia ao procurar Toffoli e Lewandowski diretamente e outros ministros via seus padrinhos?

Se despreza as regras republicanas, ele deveria ao menos usar sua intuição brilhante e sua habilidade política invejável para imaginar o estrago que Gilmar faria. Como fez.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Deixa disso 31 MAI 2012

Em conversa ontem no Alvorada, Lula prometeu a Dilma Rousseff que não alimentará, por ora, a polêmica com Gilmar Mendes. Na noite anterior, o ex-presidente já havia domado o ímpeto de assessores que o pressionavam a redigir nova nota em resposta à declaração do ministro, segundo quem o próprio Lula estaria ajudando “bandidos” a intimidar o STF no mensalão.

Segundo aliados, a estratégia é deixar o contra-ataque a cargo do PT. “Mendes deveria ter demonstrado a mesma perplexidade frente a pressões de José Serra em recentes questões de cunho eleitoral”, disse Marco Aurélio de Carvalho, do setorial jurídico do partido.

PAINEL DO LEITOR

O nosso ex-presidente Lula ficou indignado com a versão do ministro do STF Gilmar Mendes, que afirmar ter sido pressionado para que o julgamento do mensalão fosse adiado. Lula, porém, esqueceu que a população ficou indignada quando o escândalo surgiu e ele próprio disse que não sabia de nada. Dá para acreditar nessa indignação?

VANDA S. PAPA (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Promotores e procuradores lançam campanha de combate à corrupção

Ação terá anúncios em veículos de comunicação a partir de amanhã

O MPD (Movimento do Ministério Público Democrático), associação que reúne promotores e procuradores de 22 Estados brasileiros, lançará hoje uma campanha nacional para promover a discussão sobre os efeitos da corrupção no Brasil.

A campanha, intitulada “Não Aceito Corrupção”, terá mensagens veiculadas por meio de anúncios em jornal, filmes para TV e cinema, spots de rádio e internet e peças para mídia aeroportuária, a partir de amanhã.

Segundo promotor de Justiça Roberto Livianu, vice-presidente da entidade, as ações na mídia vão procurar questionar a passividade da sociedade em relação aos atos de corrupção no país.

“A campanha do MPD quer chamar cada brasileiro à sua responsabilidade em relação à devastação social que a corrupção produz, e que se, nada fizermos, continuará a produzir para as próximas gerações”, afirmou.

Livianu disse que o objetivo também é alertar para a nocividade da corrupção na esfera privada. Para ele, “os corruptores e corruptos não agem só na administração pública. O problema ocorre também, por exemplo, em comissões de síndicos de condomínios ou em situações corriqueiras, como naquelas em que pessoas furam filas”.

A entidade colocará no ar um site para receber denúncias. O lançamento da campanha ocorrerá hoje em São Paulo para convidados.

31 MAI 2012

31 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juiz manda afastar diretor que liberou casa no Pacaembu

Decisão também determina perda do cargo de arquiteto do Conpresp, o órgão municipal do patrimônio histórico

Para promotor, eles desrespeitaram norma do próprio conselho ao liberar obra; Secretaria afirma que vai recorrer

GIBA BERGAMIM JR.
DE SÃO PAULO

A Justiça condenou um diretor e um arquiteto do Conpresp (órgão municipal do patrimônio histórico) à perda dos respectivos cargos após eles autorizarem a construção de uma casa de alto padrão em área tombada no Pacaembu, zona oeste de SP.

A sentença do juiz Kenichi Koyama, de abril, é resultado de uma ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual.

O promotor de Meio Ambiente José Ismael Lutti diz que Walter Pires, diretor do Conpresp, e o arquiteto Ronaldo Barbare Albuquerque Parente desrespeitaram resolução do próprio conselho ao liberar a construção de uma casa de alto padrão do empresário Jayme Blay, ex-presidente da Federação Israelita do Estado de SP.

A Secretaria Municipal de Cultura, à qual o órgão é vinculado, diz que vai recorrer.

A resolução, de 1992, proíbe a junção de dois terrenos

para construção de um único imóvel na área tombada do Pacaembu. O empresário pediu para destruir duas casas, na rua Livreiro Saraiva, para construir seu imóvel — uma residência de cerca de mil metros quadrados.

O tombamento da área foi determinado pelo Estado, em 91, para que fossem mantidas as características — traçado urbanístico e a vegetação do bairro — planejado pela Companhia City nos anos 1920.

O empresário, porém, alegava que o tombamento desrespeitava os contratos de compra e venda dos terrenos anteriores à nova lei.

Em 2007, Pires e Parente autorizaram a demolição das duas casas e a construção do novo imóvel desde que o pe-

dido fosse também analisado pelos órgãos estadual e federal de patrimônio.

No ano seguinte, quando a construção já estava em andamento, a Associação Viva Pacaembu Por São Paulo questionou a obra na Justiça. Apesar da disputa jurídica, a obra foi concluída em 2010.

PROCESSOS

A polêmica resultou em quatro processos, todos ainda em andamento na Justiça.

Dois deles foram apresentados pela Associação Viva Pacaembu: um para que a casa do empresário seja demolida e outro contra uma decisão do então secretário estadual da Cultura João Sayad, que alterou, em 2008, a resolução do Condephaat (órgão estadual do Patrimônio Histórico), que fixava as normas do tombamento nos bairros Pacaembu e Perdizes.

Sayad alega que a alteração foi feita para evitar problemas na Justiça. Para ele, a mudança foi feita porque, numa eventual ação do dono, o Estado iria ser derrotado.

As outras duas ações são do Ministério Público Estadual. Uma que pede a condenação dos dois funcionários do Conpresp e outra por improbidade administrativa contra o ex-secretário Sayad

“ A casa está exatamente dentro do que a lei do tombamento exige, que é ter uma área verde maior e uma densidade populacional menor

RUBENS MUSZKAT
advogado do empresário Jayme Blay,
proprietário da casa construída em
área do Pacaembu

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO NO PACAEMBU

Liberação de casa no bairro foi parar na Justiça

31 MAI 2012



A LIBERAÇÃO

Em 2007, o Conpresp (órgão municipal do patrimônio histórico) autorizou a construção de uma casa de alto padrão no Pacaembu, em área onde antes havia dois terrenos com casas

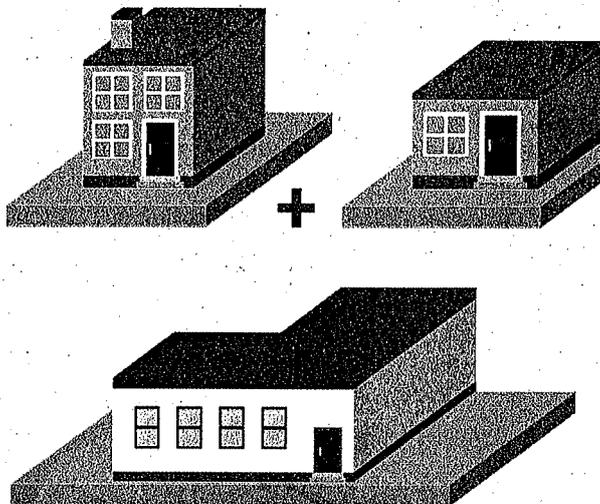


A 1ª AÇÃO

A associação Viva Pacaembu questionou na Justiça a construção, alegando que a obra era ilegal e desrespeitava resolução do próprio conselho. O imóvel está pronto

REMEMBRAMENTO

É a junção de dois terrenos para construção de um único imóvel



Resolução do Condephaat (órgão estadual do patrimônio histórico) impedia o remembramento. A mesma resolução valia para a esfera municipal

CONTINUA

CRONOLOGIA

> OUTRO LADO <

1992

Resolução de órgãos do patrimônio histórico determina o tombamento de áreas de Perdizes e Pacaembu e proíbe o remembramento de terrenos

2006

> O empresário Jayme Blay e a mulher dele compram dois terrenos na rua Livreiro Saraiva, no Pacaembu

> Casal entra com um pedido ao Conpresp (órgão municipal do patrimônio) para demolir casas antigas e construir uma nova nos dois terrenos

2007

> Conpresp autoriza a construção

> A Associação Viva Pacaembu entra com uma ação para impedir a construção, argumentando que o Conpresp desrespeitou resolução do próprio órgão

2008

> Após um pedido do empresário Jayme Blay, o secretário estadual da Cultura, João Sayad, faz uma resolução que passa a permitir a união de terrenos

> Após nova ação da Viva Pacaembu, a Justiça suspende a resolução do secretário

> O Ministério Público Estadual entra com uma ação de improbidade administrativa contra Walter Pires, diretor do Conpresp, e Ronaldo Berbare Albuquerque Parente, também funcionário do conselho, que autorizaram a obra

> A Promotoria entra também com uma ação contra o então secretário Sayad

2012

Em abril, a Justiça condena Walter Pires e Ronaldo Berbare Albuquerque Parente à perda de seus respectivos cargos

COMO ESTÁ A AÇÃO

Liminar da Justiça permitiu o andamento da obra. A Viva Pacaembu recorreu da decisão, mas o caso ainda não foi apreciado pelo TJ

COMO ESTÁ A AÇÃO

O processo segue à espera de decisão final da Justiça

COMO ESTÁ A AÇÃO

O juiz Domingos de Siqueira pediu que Sayad fosse citado. O ex-secretário entrou com um recurso no TJ. O desembargador Renato Nalini decidiu, então, extinguir a ação. Um recurso da Promotoria está sendo analisado pelo STJ

Decisão contraria 'fatos e legislação', afirma prefeitura

A Secretaria Municipal de Cultura afirma, em nota, que vai recorrer. Segundo a pasta, a decisão "cerceou a defesa dos arquitetos e contrariou os fatos e a legislação".

A pasta diz lamentar a decisão contra os dois servidores "ambos com mais de trinta anos de serviço público dedicados à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental paulistano". João Sayad informou, por meio da assessoria da TV Cultura, presidida por ele, que não comentaria a decisão.

Em 2008, ele disse à **Folha** que fez a mudança porque era o que previa o projeto original do bairro. Isso após o empresário argumentar que as normas da resolução dos anos 1990 eram inconstitucionais, pois mudavam as regras previstas no contrato de compra e venda dos terrenos.

"A mudança foi feita pensando que ele [Blay] iria entrar na Justiça e nós iríamos perder", disse Sayad à época. O procurador de Justiça Sergio Mendonça Alves já deu parecer favorável, no Tribunal de Justiça, a um recurso de Sayad para que a resolução dele seja mantida.

Rubens Muszkat, advogado de Jayme Blay, disse que a obra é legal. "A casa está exatamente dentro do que a lei do tombamento exige, que é ter área verde maior e densidade populacional menor."

Ele afirmou que, após tentativa de acordo com a Viva Pacaembu, o proprietário decidiu ir à Justiça para terminar a casa, onde vive há dois anos com a mulher.

FOLHA DE S. PAULO

Tucano entrega à Justiça cópias de cheques que recebeu por casa

31 MAI 2012

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), decidiu entregar à Justiça cópia dos cheques que pagaram a casa que ele vendeu em 2011, no mesmo lugar onde foi preso Carlinhos Cachoeira no dia 29 de fevereiro pela Operação Monte Carlo.

Perillo recebeu do banco na semana passada a cópia dos três cheques emitidos pela Excitant Confeções (conhecida pelo nome fantasia Babioli), empresa de uma cunhada de Cachoeira.

Ele diz que também pretende repassar à Justiça os extratos bancários que confirmam a compensação dos cheques. Há um inquérito no STJ (Superior Tribunal de Justiça) que investiga as relações dele com Cachoeira.

O governador tinha alegado antes que não havia observado o emitente dos cheques quando vendeu o imóvel. Com a revelação, na semana passada, de que saíram de uma conta da cunhada de Cachoeira, o tucano decidiu entregar os documentos para tentar mostrar que não houve irregularidade.

A versão de Perillo é a de que ele vendeu a casa ao empresário Walter Paulo num negócio intermediado pelo ex-vereador Wladimir Garcez.

A CPI Garcez disse que comprou a casa com dinheiro de emprestado pelo então diretor da Delta no Centro-Oeste, Cláudio Abreu.

Ex-braço direito de Eike perde ação contra empresário

DO RIO - A Justiça do Rio de Janeiro decidiu ontem em favor do empresário Eike Batista em uma das ações movidas contra ele pelo seu ex-diretor Rodolfo Landim.

O executivo entrou com ação para ter o direito de vender 5,540 milhões de papéis da OGX, petroleira do grupo EBX. Pelo contrato, teria que esperar até novembro de 2011 para vender suas ações, mas fez a venda antes do prazo e tentou derrubar a cláusula.

A Justiça deu ganho de causa para Landim em primeira instância. Eike recorreu e ganhou. Cabe ainda mais um recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Landim, que é colunista da **Folha**, foi o braço direito de Eike na criação da holding EBX e tem outro processo contra o empresário. O ex-executivo briga para ter 1% do capital da holding EBX.

Ele afirma que o empresário havia lhe prometido a fatia na companhia. Em junho de 2011, a Justiça deu ganho de causa a Eike. Landim recorreu, e o processo ainda tramita na segunda instância do Tribunal de Justiça do Rio.

31 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto do TJ é aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Foi aprovado na semana passada, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Assembleia Legislativa, o projeto do Tribunal de Justiça nº 207/12, que cria a 2ª Vara Cível na comarca de entrância intermediária de Cornélio Procópio. O projeto visa à expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

O Foro Judicial da referida comarca abrangerá duas Varas Cíveis, uma Vara Criminal, uma Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial. A nova estrutura irá atender uma população de aproximadamente 57.000 habitantes.

31 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Dias Toffoli assume cadeira no TSE

O ministro Antonio Dias Toffoli (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), assumiu na terça (29) vaga como ministro titular no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele já atuava como ministro substituto na corte desde 2009 e assume vaga deixada após exoneração do então presidente Ricardo Lewandowski.

Participaram da rápida cerimônia o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o presidente do STF, Carlos Ayres Britto. A expectativa é de que Toffoli assuma a presidência do TSE em 2014, após o mandato da ministra Cármen Lúcia.

Depende de Toffoli a definição de um dos julgamentos mais aguardados no TSE. Em abril, o ministro pediu vista do processo que definirá se o PSD tem direito a verbas maiores do fundo partidário. Na ocasião, três dos sete ministros da corte já tinham votado – dois a favor da liberação do dinheiro e um contra.

Toffoli tem 44 anos e tomou posse como ministro do STF em 2009. Indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocupava antes o cargo de advogado-geral da União.

OAB lança novo Sistema de Ouvidoria

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lança hoje, em caráter experimental, o novo Sistema de Ouvidoria da OAB Nacional, que proporcionará uma interação online com a entidade de forma muito mais célere e eficiente e vai gerar, conseqüentemente, respostas mais rápidas aos usuários. Entre os principais avanços, segundo o Ouvidor-Geral da OAB, o conselheiro federal por Sergipe, Henri Clay Andrade, estão maior facilidade e agilidade no acesso, além da criação de mecanismos específicos de interação. “Teremos, por exemplo, um tratamento destacado para responder exclusivamente aos questionamentos sobre o Exame de Ordem, pois percebemos que a maior parte das perguntas recebida pela Ouvidoria é com relação a esse assunto”, explicou Henri Clay.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Google 31 MAI 2012 é responsabilizado por mensagem ofensiva

Empresa foi condenada por não retirar conteúdo injurioso da internet

STJ decide que Google é responsável por mensagem ofensiva

Os provedores de acesso à internet não têm responsabilidade objetiva pela veiculação de toda e qualquer mensagem postada na rede. Entretanto, respondem por conteúdos ofensivos ou dados ilegais caso não tomem as providências cabíveis para minimizar os danos. O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Google Brasil Ltda. contra um cidadão do Rio Grande do Sul, que pediu para o provedor excluir da rede página intitulada “prendam os ladrões da UniCruz”, postado na rede social Orkut.

Os provedores de acesso à internet não têm responsabilidade objetiva pela veiculação de toda e qualquer mensagem postada na rede. Entretanto, respondem por conteúdos ofensivos ou dados ilegais caso não tomem as providências cabíveis para minimizar os danos.

O entendimento é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar recurso interposto pela Google Brasil Ltda. contra um cidadão do Rio Grande do Sul, que pediu para o provedor excluir da rede página intitulada “prendam os ladrões da UniCruz”, postado na rede social Orkut.

A Google Brasil foi condenada em primeira instância a pagar R\$ 7 mil pela hospedagem da página, criada por um usuário com perfil falso, e multa diária de R\$ 1 mil caso não retirasse do ar o conteúdo contestado. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) confirmou a condenação, com o entendimento de que a responsabilidade do provedor era do tipo objetiva.

A responsabilidade objetiva está prevista no artigo 927 do Código de Processo Civil (CPC) e dispõe que há obrigação de a empresa reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos em que a atividade desenvolvida, por sua própria natureza, causa riscos a terceiros. O TJRS entendeu que, mesmo não sendo a ré responsável pela elaboração de perfil falso para divulgação de material ofensivo, ela deveria indenizar pelas falhas do serviço.

DENUNCIAR ABUSOS

A Terceira Turma do STJ concordou com o valor da condenação, mas entendeu que a responsabilidade não é objetiva, como foi julgado pelo TJRS. Há que analisar caso a caso, como destacou a relatora, ministra Nancy Andrighi.

O ofendido, no caso, solicitou ao provedor auxílio para excluir a página da rede, mediante o uso da ferramenta “denunciar abusos” existente no Orkut, mas o provedor teria negligenciado o atendimento, conforme informações do processo.

Nancy Andrighi destacou que é compreensível a dificuldade do provedor em controlar o fluxo de informação que circula na rede, mas o que se espera de um provedor de acesso é a adoção de cuidados mínimos, “consentâneos com seu porte financeiro e seu know-how tecnológico” – a ser avaliado caso a caso.

“Uma vez ciente da existência de mensagem de conteúdo ofensivo, o provedor tem o dever de retirá-la imediatamente do ar, sob o risco de responsabilização”, disse a ministra. Nancy entende que não se pode considerar o dano moral um risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo e não se pode também exigir que fiscalizem todo conteúdo postado, pois isso eliminaria o maior atrativo da rede, que é a transmissão de dados em tempo real.

CONTINUA

31 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

No entanto, a mera disponibilização de um canal para denúncias não é suficiente. “É crucial que haja a efetiva adoção de providências tendentes a apurar e resolver as reclamações formuladas, mantendo o denunciante informado das medidas tomadas, sob pena de criar uma falsa sensação de segurança e controle”, disse a ministra.

A exploração comercial da internet está sujeita às relações jurídicas de consumo reguladas pela Lei 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor (CDC). “Vale notar, por oportuno, que o fato de o serviço prestado pelo provedor ser gratuito não desvirtua a relação de consumo, pois o termo ‘mediante remuneração’, contido no artigo 3º, parágrafo 2º, do CDC, deve ser interpretado de forma ampla, de modo a incluir o ganho indireto do fornecedor”, destacou a ministra.

31 MAI 2012

GAZETA DO POVO

➤ BENEFÍCIO

Vale-refeição do TC vai custar R\$ 1 milhão por ano

Karlos Kohlbach

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná (TC) devem convalidar durante a sessão plenária de hoje a decisão do presidente Fernando Guimarães de pagar um auxílio-alimentação no valor mensal de R\$ 630. Os sete conselheiros, os cinco auditores que substituem os conselheiros e oito procuradores do Ministério Público junto ao TC serão beneficiados pela medida. O privilégio não será estendido aos demais funcionários do tribunal, que estão sob o regime do funcionalismo público.

O pagamento do auxílio alimentação terá um impacto de aproximadamente R\$ 1 milhão por ano aos cofres do TC. Conforme revelou o colunista Celso Nascimento na

edição da Gazeta do Povo da última terça-feira, o benefício já foi pago aos conselheiros no mês de maio. Além dos R\$ 630, ainda foram pagos retroativos, a contar de 19 de maio de 2004. Essa é a data a partir da qual resoluções do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná entende que os magistrados passaram a ter direito a receber o benefício.

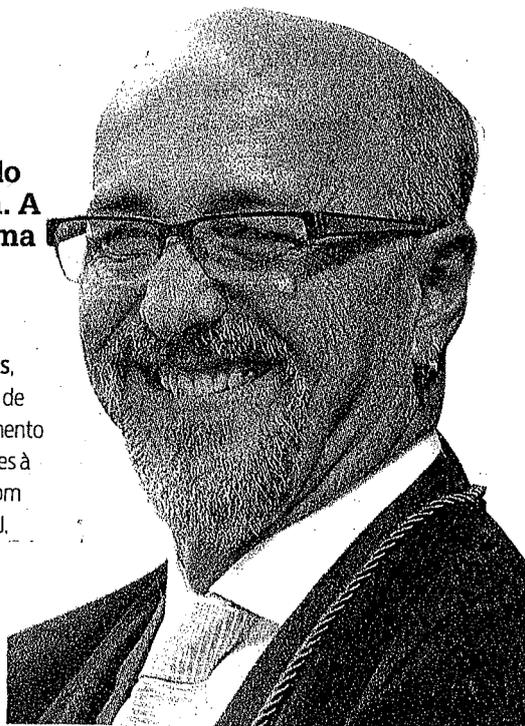
Segundo Guimarães, a Constituição Federal prevê a paridade entre os vencimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) com os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). “Por consequência, existe a mesma paridade entre os subsídios do Poder Judiciário do Paraná com o nosso TC”, diz. “É o conhecido efeito cascata. A aplicação é uma atribuição do presidente”, completou, citando ter consultado outros conselheiros antes de tomar a decisão.

O princípio constitucional permite, portanto, que todos os benefícios aplicados pelo TJ aos seus membros podem ser estendidos também para os conselheiros, auditores e procuradores do TC. Nos próximos dias, os magistrados devem passar a dispor de mais um privilégio: R\$ 3 mil por ano de auxílio-livro.

O TJ encaminhou um projeto para Assembleia Legislativa em que cria mais este privilégio. Guimarães, no entanto, já adiantou que mesmo sendo aprovado na Assembleia, o auxílio-livro não será aplicado no TC. “Não vou aplicar esse auxílio livro. Essa verba não faz parte de vantagem do cargo, é um ressarcimento”, diz. Em relação ao auxílio-saúde, já em vigor no TJ, o presidente do TC informou que o caso está em estudo, mas também não deve ser estendido.

“É o conhecido efeito cascata. A aplicação é uma atribuição do presidente.”

Fernando Guimarães, presidente do Tribunal de Contas, sobre o pagamento de retroativos referentes à auxílio-alimentação com base em decisões do TJ.



GAZETA DO POVO

» TRANSPARÊNCIA

31 MAI 2012

MP não vai divulgar salários de servidores

Chico Marés

O Ministério Público do Paraná (MP) não vai divulgar os vencimentos de seus funcionários na internet. Em decisão colegiada tomada na noite de terça-feira, os procuradores decidiram que vão apenas continuar divulgando a lista de funcionários, os cargos exercidos e as remunerações referentes aos cargos — sem ligar nome do servidor à sua remuneração. O órgão alega que a Lei de Acesso à Informação não prevê esse dispositivo e que o modelo adotado atualmente já garante transparência sem colocar em risco a privacidade dos servidores.

Segundo o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, já existe uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que define a maneira como os MPs de todo o país devem divulgar os salários de seus servidores desde 2008.

O Colégio de Procuradores decidiu manter o atual sistema, a não ser que haja uma nova resolução do CNMP

DIVULGAÇÃO

Confira o posicionamento dos órgãos públicos sobre a divulgação do salário de cada um dos servidores:

QUEM VAI DIVULGAR
Governo, Senado, Câmara dos Deputados, STF, TJ-PR, Assembleia-PR, TC-PR

QUEM NÃO VAI DIVULGAR
Ministério Público-PR

QUEM NÃO DECIDIU
Prefeitura de Curitiba
Câmara de Curitiba

prevendo alguma alteração. Giacoia frisa também que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de divulgar o salário de seus funcionários é administrativa e não vinculante.

A polêmica a respeito da divulgação do salário dos servidores públicos começou no dia 18 de maio, quando a presidente Dilma Rousseff anunciou que irá divulgar quanto é pago a cada um dos servidores do Executivo. A medida foi uma adequação do governo federal à Lei de Acesso à Informação. A decisão, bastante contestada por sindicatos nacionais de servidores, começará a valer em 30 de junho.

CORREÇÃO

Prefeito foi absolvido da acusação de crime eleitoral

O prefeito do município de Enéas Marques, Walmor Vanderlinde (PP), foi absolvi-

do em outubro do ano passado, pelo TRE-PR, da acusação de crime eleitoral. Reportagem da última segunda-feira informou que ele havia sido cassado. Mas a matéria dizia equivocadamente que ele permanecia no cargo por causa de uma liminar.

31 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Justiça determina cancelamento de contrato de esgoto

Sentença afirma que a companhia de saneamento de Paranaguá deixou de cumprir obrigações contratuais.

Decisão ainda pode ser contestada

■ A Justiça de Paranaguá, no litoral do Paraná, determinou a rescisão do contrato entre a empresa CAB Águas de Paranaguá S/A, subconcessionária que administra o serviço de abastecimento e saneamento na cidade, a Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá (Cagepar) e o município. A ação foi proposta pela Promotoria do Patrimônio Público. Apesar da decisão, ainda cabe recurso em segunda instância. A determinação judicial só precisará ser adotada após todas as esferas de recurso se esgotarem.

De acordo com o entendimento do juiz Hélio Arbori, responsável pela sentença, a CAB Águas de Paranaguá deixou de cumprir obrigações contratuais, o que resultou em prejuízo financeiro aos cofres públicos, má qualidade nos serviços prestados à população, desrespeito à legislação e ausência de investimentos na área. Além da subconcessionária, foram acionados a Cagepar e o município,

por omissão na fiscalização e na cobrança dos contratos assinados.

A CAB Águas de Paranaguá atua no município desde 1997, após obter uma subconcessão da Cagepar, empresa de economia mista da qual o município detém 51% do controle acionário. Conforme o contrato, a subconcessionária tem direito à exploração do serviço até agosto de 2025.

A empresa deveria ter construído reservatórios com capacidade de 17,1 mil metros cúbicos até o fim do ano passado, mas houve apenas a entrega de um reservatório de mil litros. A companhia também deixou de implantar o sistema adicional de captação de água em rios locais, conforme havia prometido. Ainda segundo a sentença, não houve comprometimento para reduzir o índice de perdas e desperdício de água a um índice inferior a 25% até o fim do período de subconcessão, conforme previsto no contrato. Segundo a decisão, o índice de perdas em 2010 alcançou 58% nas medições realizadas. Em 1996, antes de a empresa assumir o serviço, a taxa era de 35%.

Outro ponto assinalado pelo juiz foi o acordo de que a subconcessionária deveria atender 95% da população com coleta e tratamento de esgoto até 2015. Em 14 anos operando no município, a CAB Águas de Paranaguá detém atualmente uma rede

que atende a menos de 5% das residências parnanguaras, conforme a sentença.

Prejuízo financeiro

A ação assinalou que a CAB Águas de Paranaguá ainda deveria recolher mensalmente encargos equivalentes a 50 mil vezes a Tarifa Referencial de Água e a outorga pela exploração do serviço, no valor de 7% da remuneração mensal. Os valores referentes à outorga deixaram de ser pagos entre 1997 e 2007, o que resultou em prejuízo de mais de R\$ 12 milhões, de acordo com o MP. Apesar da inadimplência, a Cagepar e o município se omitiram e nada fizeram para receber o pagamento, conforme o texto da ação.

O Ministério Público estadual entrou com outras duas medidas contra a empresa. Uma delas solicita o cancelamento da cobrança de esgoto nas regiões onde não há tratamento e a outra denuncia a má qualidade da água que chega à casa dos moradores.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

31 MAI 2012

Empresa rebate números apresentados pelo Ministério Público

O diretor da subconcessionária CAB Águas de Paranaguá, Mauro Mueller, rebate os números apresentados pelo MP. "A cidade tem três estações de tratamento de esgoto e atende 70 mil pessoas. Em Paranaguá, 60% do esgoto é tratado e 40% vai para os rios [sem tratamento]", afirma o diretor. A diferença entre os dados da promotoria e da concessionária é grande porque o MP considera ilegal o modelo de tratamento feito pela CAB, que não tem rede separadora, ou seja, os dejetos e a água das chuvas correm pelo mesmo local. Em relação às taxas de tratamento de esgoto, Mueller diz que o valor é cobrado somente das pessoas que recebem o serviço. Ainda segundo a empresa, os problemas com a água barrenta são pontuais. A assessoria de Imprensa da prefeitura de Paranaguá afirma que desconhece a sentença e que por esse motivo os responsáveis pelo setor não fariam comentários.

Paranaprevidência pode ficar inviável em 8 anos

Déficit técnico na previdência dos servidores do estado chega a R\$ 7,3 bilhões, o que pode gerar problemas no pagamento de aposentadorias e pensões

■ O Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Paraná teme que em oito anos falte dinheiro para pagar aposentadorias e pensões do funcionalismo estadual. Isso porque a diferença entre o que é pago atualmente pelos servidores e pelo governo do estado à Paranaprevidência e o que esses funcionários deverão receber no futuro (o chamado déficit técnico) aumentou em R\$ 3,87 bilhões entre 2010 e 2011. O rombo chega a R\$ 7,3 bilhões no acumulado.

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) já havia alertado o Poder Executivo, na gestão do governador Orlando Pessuti, de que o déficit técnico poderia causar problemas no pagamento aos beneficiados do fundo previdenciário. "Existe o risco a médio e longo prazo de não ter dinheiro", confirma o presidente do TC, Fernando Guimarães. O Tribunal ainda não possui um estudo

atual da situação financeira da Paranaprevidência, o que deve ficar pronto em junho.

Os membros do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Estaduais (FES) reclamam da falta de transparência do governo para encontrar uma saída para o rombo. Segundo eles, é necessário que haja reformulação na arrecadação de verba para o fundo previdenciário. "O sistema é inviável do jeito que está, mas não temos transparência do governo sobre todos os agravantes", diz a coordenadora do Fórum, Marlei Fernandes Carvalho. De acordo com a coordenadora, os sindicatos pretendem conversar sobre a reformulação, contanto que o governo mostre todos os motivos para o rombo nas contas.

Causas

Criada em 1998 em substituição ao antigo Instituto de Previdência do Estado (IPE), a Paranaprevidência engloba o pagamento de funcionários públicos estaduais dos três poderes. A contribuição é feita apenas pelos servidores da ativa e o desconto varia entre 10% e 14% do salário. O governo deve contribuir com o mesmo valor pago pelo servidor. Entretanto, segundo o conselheiro da Paranaprevidência Heitor Raymundo, esse repasse não é feito na totalidade. "O governo cumpre com apenas 80% do que deveria".

Essa é uma das causas para o déficit da Paranaprevidência. Além disso, segundo o governo do estado e as entidades sindicais, a maior parte dos funcionários entrou na Justiça para conseguir a equiparação dos pagamentos na porcentagem mínima (10%), o que também prejudica o fundo previdenciário.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MUDANÇAS

31 MAI 2012

Governo promete reestruturação no fundo previdenciário

O poder público do Paraná estuda um novo plano de custeio para redefinir a arrecadação do servidor público e o que o governo deve dar de aporte financeiro para diminuir o déficit técnico da Parana Previdência. A intenção é impedir um colapso financeiro na previdência estadual. O governo vai repensar como servidores e também inativos vão contribuir com a reformulação. Uma das medidas, segundo o secretário de Administração e Previdência do Paraná, Jorge Sebastião de Bem, seria a elevação de 10% para 11% no desconto mensal em folha de pagamento dos servidores. Outra medida seria a separação de parcelas de funcionários para a criação de fundos de previdência específicos, como os policiais militares. Até o segundo semestre, a secretaria vai enviar o texto à Assembleia Legislativa do Paraná para votação. Sobre o aporte financeiro que não é pago na totalidade pelo estado, o secretário argumenta que, pelo atual plano de custeio, até 2016 todo o compromisso financeiro do Executivo com a Parana Previdência seja cumprido.

O diretor-presidente da Parana Previdência, Jayme de Azevedo Lima, esclarece que o saldo negativo constatado não significa que a instituição não tenha dinheiro para pagar os servidores públicos, diferentemente do quadro apontado pelo Fórum das Entidades Sindicais.

Avô ficará com filho de Eliza Samudio

31 MAI 2012

A Justiça deve determinar que a guarda do filho de Eliza Samudio, desaparecida há quase dois anos, continue com a avó materna, com quem o menino vive desde julho de 2010. Na audiência, realizada na tarde de ontem, na 1.ª Vara da Família, em Foz do Iguaçu, o advogado de Luís Carlos Samudio, pai da ex-modelo e com quem a mãe de Eliza disputava a tutela do menino, desistiu da ação.

A batalha pelo filho do goleiro Bruno Fernandes teve início logo após o desaparecimento da mãe, vista pela última vez no sítio do atleta, em Esmeraldas (MG). A mãe de Eliza, Sônia Fátima Moura, disse que Bruninho tem pesadelos com Eliza, que pode ter sido assassinada a mando do goleiro. "Às vezes ele acorda dizendo 'não, não, não, mãe, mãe, mãe, socorro'", comentou.

O advogado Sérgio Barros chegou a pedir autorização para que Luís Carlos Samudio pudesse visitar o neto, o que deve ser negado. "Ficou resolvido que por enquanto não seria conveniente autorizar a visita, já que o avô está foragido e tem uma pendência com a Justiça", adiantou a advogada Maria Lúcia Borges Gomes.

O pai de Eliza é acusado de abusar sexualmente de uma das filhas.

31 MAI 2012

GAZETA DO POVO

PROCURADORIA-GERAL

PSol pede investigação sobre conduta do ministro Gilmar Mendes

O PSol pediu ontem que a Procuradoria-Geral da República (PGR) investigue a conduta do ministro do STF Gilmar Mendes em relação às suas acusações ao ex-presidente Lula. O ministro afirma que o ex-presidente propôs blindá-lo na CPI do Cachoeira em troca do adiamento do julgamento do mensalão, argumentando de que havia a suspeita que o bicheiro Carlinhos Cachoeira teria pago uma viagem de Mendes a Berlim (Alemanha). O ministro já apresentou documentos mostrando que o STF pagou a viagem. Para a bancada do PSol no Congresso, a conduta do ministro é bastante questionável. O documento pede a investigação dos fatos e, caso haja comprovação de conduta indevida, a bancada pede que sejam adotadas as medidas cabíveis, no âmbito administrativo, civil ou penal pela Procuradoria. O PSol diz que é preciso investigar o motivo que levou o ministro a anunciar a reunião com Lula um mês após ela ocorrer. "Sua reação de permanecer em silêncio, inclusive diante da assertiva de que tal constrangimento seria estendido aos demais membros do STF, deve ser apurada", destaca a representação do partido.

"Eu tenho muita gente que gosta (de mim) e alguns que não gostam."

De Lula, ontem, em Brasília, ao iniciar discurso de uma hora e sete minutos, evitando se referir diretamente à acusação do ministro Gilmar Mendes de que o ex-presidente pressiona o STF a adiar o julgamento dos mensaleiros.

GAZETA DO POVO

Não é hora de teatro

31 MAI 2012

Demóstenes é a ponta de um iceberg. Muito mais graves e ofensivas à moralidade pública são as descobertas de que a rede de Cachoeira era mais difusa e lucrativa

O senador Demóstenes Torres (sem partido, Goiás) depôs na terça-feira perante a Comissão de Ética do Senado. Pesam contra ele acusações que emergiram da Operação Monte Carlo da Polícia Federal, segundo as quais o parlamentar mantinha relações não-republicanas com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira: fazia lobby em favor do amigo em troca de vantagens. O lado mais assombroso das revelações coletadas pela PF é o contraditório fato de que, até então, o senador era tido entre seus pares e para a opinião pública brasileira como um dos mais combativos defensores da ética. Sua postura firme e seus inflamados discursos faziam dele um dos mais respeitados líderes da luta contra a corrupção na esfera pública.

Todos são inocentes até prova em contrário e culpados são somente aqueles que a Justiça, em decisão transitada em julgado, sejam classificados como tal. Formalmente, não é ainda este o caso do senador Demóstenes — mas as evidências gritantes de sua participação ativa em atos desabonadores foram suficientes para configurar a lamentável convicção de que, para dizer o mínimo, o senador fazia teatro cada vez que ocupava a tribuna.

Muitos trechos de sua defesa na Comissão de Ética e da inquirição a que foi submetido fizeram crescer essa convicção, como o momento em que o senador disse não saber que, entre as atividades ditas empresariais de Carlinhos Cachoeira estava a exploração de jogos clandestinos. Demóstenes não lia jornais? Não assistia a telejornais? Nunca ficara sabendo que o “amigo”, já em 2002, enrolara-se com esquemas de contravenção e distribuição de propinas para ser-

vidores públicos para obter concessões de exploração de loterias? Nunca antes tinha ouvido falar de Waldomiro Diniz, o assessor do ex-ministro José Dirceu, que extorquia dinheiro de Cachoeira para conceder-lhe facilidades na área da jogatina? A impressão que se tem é de que estamos diante de um senador ingênuo. Evidentemente, tal impressão é falsa dada a longa experiência como promotor público e político caçado que Demóstenes Torres reúne em sua biografia.

Há de se convir, no entanto, que Demóstenes surgiu na cena apenas como a ponta de um iceberg. Muito mais graves e ofensivas à moralidade pública são as descobertas de que a rede de Cachoeira era mais difusa e lucrativa — lucrativa graças ao dinheiro público que, derramando-se do erário em supostos esquemas de superfaturamento de obras da construtora Delta — da qual, segundo se diz, Cachoeira era sócio oculto — acabavam alimentando cofres particulares e caixas de campanhas e partidos políticos.

Foi em razão do conhecimento dessas investigações da Polícia Federal que o Congresso instalou a CPMI do Cachoeira — outro jogo de cena criado, em princípio, para embaçar o julgamento dos envolvidos no mensalão, mas que, ao contrário do planejado, acabou por levar para o precipício governistas e oposicionistas — estão todos lá, incluindo alguns governadores que têm tanta dificuldade — ou a mesma desfaçatez — para explicar suas relações com o contraventor quanto o senador Demóstenes.

Diante de todas as evidências, e agora com a quebra do sigilo fiscal da Delta e a convocação dos governadores de Goiás e Distrito Federal, espera-se que a CPMI dê sinais de que investigará as denúncias de fato, transformando a comissão de faz-de-conta em uma chance de passar a limpo e tornar público toda a rede de corrupção formada em torno de Cachoeira. Porém, a não convocação de Sérgio Cabral é um sinal de que a disposição não é total. Será preciso pressão da sociedade para que a comissão seja encaminhada de forma a esclarecer os fatos denunciados.

31 MAI 2012

GAZETA DO POVO

TRT declara abusiva a greve de motoristas

O desembargador do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Altino Pedrozo dos Santos, considerou a greve dos motoristas e cobradores do transporte coletivo municipal de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, abusiva. Ele determinou ainda, em caráter liminar, que o sindicato da categoria possibilite a operação de 70% da frota em horários de pico e 50% nos demais horários.

Ontem, no primeiro dia da greve, 100% dos ônibus ficaram parados, prejudicando cerca de 100 mil usuários. A entrada da garagem da Viação Campos Gerais — responsável pelo serviço — foi obstruída por dois articulados colocados pelos grevistas. Durante todo o dia, os funcionários ficaram em frente ao local com caminhão de som e tenda.

O movimento foi deflagrado ontem após assembleia realizada na semana passada. O sindicato pede 13% de reajuste salarial e aumento no vale-alimentação, dos atuais R\$ 40 para R\$ 250 por mês. No entanto, a empresa ofereceu 5,1% de reajuste e aumento do vale-alimentação para R\$ 50.

O presidente do sindicato, Noel Machado da Silva, disse que a categoria vai ter um posicionamento sobre a paralisação somente hoje. Também nesta quinta-feira, às 11 h, haverá uma audiência entre a empresa e o sindicato no TRT, em Curitiba, para definir os rumos da negociação salarial.

Contas de 2005 do porto são reprovadas

Heliberton Cesca

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) reprovou a prestação de contas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) do ano de 2005 por nove irregularidades, sete delas consideradas graves. O superintendente na época, Eduardo Requião — irmão do então governador Roberto Requião (PMDB) — foi condenado a devolver dinheiro aos cofres da autarquia, devido à paralisação das obras de construção do Cais Oeste. Porém, o valor não foi calculado. Cabe recurso da decisão.

Procurado pela reportagem, Eduardo Requião informou, por meio de seu advogado, que não tinha interesse de comentar o caso.

Esta não é a primeira vez em que a gestão de Eduardo Requião é alvo de condenação no TC. Em junho do ano passado, o ex-superintendente foi condenado a devolver R\$ 11,3 milhões, depois da reprovação das contas da Appa de 2004. Entre 2010 e 2011, ele foi multado duas vezes. Na primeira, foi penalizado a devolver R\$ 33 mil por não permitir uma fiscalização nos portos em 2008. A segunda multa, de R\$ 39,7 mil, foi expedida porque o ex-superintendente foi considerado omissivo por não controlar irregularidades na estrutura portuária em atos praticados em 2008.

31 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Crise dos salários afasta presidente do TRE-SP

Órgão Especial do TJ decide tirar Alceu Penteado Navarro de funções jurisdicionais e abre processo disciplinar contra mais 3 desembargadores

Por 13 votos contra 12, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) decretou ontem o afastamento cautelar do desembargador Alceu Penteado Navarro de suas funções jurisdicionais e da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-SP), o maior do País, com um quadro de 30,6 milhões de eleitores. O revés imposto a Navarro é histórico. Jamais o TJ havia determinado a saída de um mandatário máximo da corte eleitoral.

“Vamos ter este ano as eleições municipais, que são a base de todas as outras eleições superiores. Nessas condições não pode recair a mais tênue dúvida sobre os deveres de probidade do presidente do TRE, que deve manter conduta irrepreensível”, advertiu o desembargador Ivan Sartori, presidente do TJ, relator nato da investigação sobre o capítulo mais emblemático da toga paulista – o escândalo dos pagamentos milionários concedidos a Navarro e a outros quatro magistrados, entre 2008 e 2010.

Navarro é desembargador de carreira do TJ. Aos 67 anos, 40 dos quais na magistratura paulista, foi indicado pelo próprio Órgão Especial para o TRE, que o escolheu em dezembro para ocupar o cargo de guardião mor do processo eleitoral.

Naquele período em que os créditos antecipados caíam em sua conta, Navarro presidia a Comissão de Orçamento do TJ. Ele recebeu R\$ 640,3 mil. Dois outros desembargadores, Fábio Gouvêa (R\$ 713,2 mil) e Vianna Cotrim (R\$ 631,6 mil) faziam parte do comitê que, segundo Ivan Sartori, detinha poderes plenos para liberar os desembolsos. As gestões de dois ex-presidentes do TJ, Vallim Bellocchi (R\$ 1,44 milhão) e Vianna Santos (R\$ 1,26 milhão) são citadas – Vianna já morreu.

“Aqui existia administração paralela”, afirma Sartori, que apontou “fortes indícios de conluio para a prática de uma série de ilícitos”. Foi aberto processo disciplinar contra quatro. Bellocchi, que deixou o TJ em 2010, pode ter cassada a aposentadoria.

A tarde no colegiado de cúpula do TJ, formado por 25 desembargadores, inclusive seu presidente, foi marcada por uma disputa renhida de ideias e argumentos jurídicos, sobretudo acerca da competência da corte para derrubar o presidente do TRE, de âmbito federal. Sartori abriu a sessão com seu voto e a proposta de instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Navarro e seu alijamento do cargo de presidente do TRE.

Atestado. Ao mesmo tempo em que pôs Navarro para fora do TRE, o Órgão Especial poupou Gouvêa e Cotrim, mantendo-os em suas atividades. Mas a ala radical do colegiado exibiu armas pesadas. “Este Órgão Especial já afastou juízes por comportamento inadequado, mas que não cometeram nenhum ato de desonestidade”, asseverou o desembargador Guilherme Strenger, do núcleo duro da corte, que queria a degola de todos. “Eu afastei os três”, emendou o desembargador Ruy Coppola, do mesmo segmento. “Conceber a permanência (dos desembargadores), com o devido respeito, é passar atestado de idiota. É aquele negócio: farinha pouca, meu pirão primeiro.” Luís Soares, da linha dura, disse. “Estamos todos feridos de morte, com o sangramento contínuo das restantes reservas morais deste tribunal.”

Para alcançar sua meta, Sartori foi estratégico. Ele propôs inicialmente a seus pares que também a Gouvêa e a Vianna Cotrim fosse aplicada a sanção que golpeou Navarro, a suspensão das funções. Mas, durante os deba-

tes, vários desembargadores ponderaram que não fazia sentido a medida porque o processo disciplinar estava sendo inaugurado – longe, portanto, do julgamento – e que os magistrados não teriam condições de travar a fase de instrução da demanda de caráter administrativo, vez que as provas documentais já foram amealhadas na fase preliminar da apuração.

Sartori refez seu voto – então, poupou Gouvêa e Cotrim, votando pela permanência de ambos em seus postos, mas foi imperativo com relação ao presidente do TRE. “Ele não pode permanecer na presidência do TRE. A situação é delicada, gravíssima.”

● Conduta

IVAN SARTORI

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

“Vamos ter este ano as eleições municipais, que são a base de todas as outras eleições superiores. Nessas condições não pode recair a mais tênue dúvida sobre os deveres de

probidade do presidente do TRE, que deve manter conduta irrepreensível”



Navarro mantém silêncio e corte vai esperar ofício



Tática. Navarro quer ficar no TRE e vai recorrer da decisão

Alceu Navarro não se manifestou. Em nota, sua assessoria destacou: “Em relação às notícias veiculadas sobre a decisão do TJ, a respeito do afastamento da função jurisdicional do desembargador Alceu Navarro, este TRE informa que aguardará a comunicação oficial do fato”.

Ivan Sartori, presidente do TJ, informou que vai encaminhar ofício ao TRE, e ao próprio Navarro, comunicando sobre a decisão. Para Sartori, a cadeira número um da corte eleitoral “exige cautela com a possibilidade de prejuízo ao patrimônio público”. Ele destacou que Navarro cumpre papel de ordenador de despesas, como cumpriu na Comissão de Orçamento do TJ.

A medida do colegiado transferiu a crise do TJ para o TRE. Perplexos se declararam os advogados de Navarro. Eles sustentam que o TJ não tem competência para derrubar o presidente do TRE, corte de âmbito federal.

Mesmo no Órgão Especial, a sanção a Navarro encontrou resistência. “O TRE é um tribunal autônomo, não está sob a tutela do TJ”, alertou o desembargador Walter de Almeida Guilherme, que já presidiu o fórum eleitoral. “A nossa interferência só se dá no instante da eleição dos que vão compor o TRE. Diz a Constituição, um será presidente, outro será vice. É lá no TRE que se escolhe o presidente, não é aqui. Seria uma indevida ingerência. É como se tivéssemos praticamente decretado o impeachment do presidente de uma corte diversa.”

Os advogados Manuel Alceu Affonso Ferreira, Eduardo Carnelós e Antonio Cláudio Mariz de Oliveira vão pedir as gravações da sessão. “Vamos verificar (*voto a voto*), foi muito confuso”, anotou Affonso Ferreira. “Não pode o TJ afastar o presidente do TRE. O presidente aqui (*Sartori*) acha que sim, mas isso vai ser resolvido nas vias judiciais adequadas.”

A defesa estuda apelar ao próprio TJ e ao Superior Tribunal de Justiça. “Está se abrindo uma crise séria entre as Justças estadual e a federal”, adverte Affonso Ferreira. “Não estou convencido da juridicidade dessa medida grave, pesada, severa. O TRE é corte federal, não subordinada ao TJ.”

Mariz disse que “o TRE é quem tem que decidir, ele é quem elegeu e deu posse (*a Navarro*), ato jurídico perfeito”. O advogado João Daniel Rassi, que defende Vallim Bellocchi, declarou. “Ficou muito claro que o dr. Bellocchi tinha atividade protocolar e que a Comissão de Orçamento tinha poder de ordenar as despesas.”

Chocante é o que foi falado em público

Começamos por uma recapitulação factual básica (há tanto barulho em torno do assunto que, por vezes, retomar o óbvio se faz necessário). A imprensa brasileira anda obcecada com o teor de uma conversa privada, que ocorreu em Brasília há mais de mês. Em 26 de abril, no escritório de Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com o ministro do Supremo Gilmar Mendes. A notícia desse encontro, porém, só circuló agora, no fim de semana, numa reportagem de Otávio Cabral e Rodrigo Rangel na revista *Veja*. Desde então o tema não sai do noticiário – e a tensão cresce.

Mendes afirma que Lula o teria pressionado pelo adiamento do julgamento do mensalão no STF. De seu lado, o ex-presidente da República apenas soltou uma nota pública na qual ele se declara “indignado” com o relato de Mendes, que ele, Lula, qualifica de “inverídico”. Quanto a Jobim, primeiro deu a entender que não foi bem isso, depois tentou o “deixa disso” e finalmente se refugiou no protocolar “nada a declarar”.

Óbvio: os jornalistas têm razões para estarem obcecados pela reunião. Em primeiro lugar, porque ela pode ter encerrado uma insinuação que seja, mas uma insinuação indevida, de um ex-presidente da República para constranger um magistrado da Corte Suprema, o que, se confirmado, seria um escândalo. Em segundo lugar, porque um dos dois está torcendo a verdade e, se esse alguém for Gilmar Mendes, o escândalo talvez seja pior. O ministro do Supremo seria o vetor de uma acusação falsa contra um ex-presidente da República, o que tornaria moralmente insustentável a sua

Quando um magistrado da Corte Suprema bate boca, o Estado de Direito bate os dentes

permanência no tribunal e comprometeria a confiabilidade de decisões anteriores do STF.

Não por acaso, além dos repórteres, dos deputados, dos senadores, dos ministros e dos cidadãos, a própria presidente Dilma Rousseff se preocupa, e bastante, conforme este jornal noticiou ontem, com os efeitos retardados da conversa que teve lugar no escritório de Jobim em Brasília, em 26 de abril. Não é para menos: ela precisa desvincular seu governo de toda essa confusão. O quanto antes. O quadro é urgente e dramático.

E até aqui falamos apenas do óbvio, do básico.

Acontece que há outra face desse mesmo problema. Não é bem uma face oculta: ela é ofuscante, tem uma claridade solar. Deveria ser mais óbvia ainda, mas, talvez por ser tão chocante, tão difícil de assimilar, nós olhamos para ela como se fosse transparente, invisível, inexistente. Essa outra face é a face pública que cerca, feito uma moldura entalhada em fatos indistigáveis, a conversa misteriosa entre Lula e Gilmar Mendes. O que os dois estão falando em público é muito mais perturbador do que poderiam ter falado ali, a portas fechadas, longe dos holofotes.

Vamos, então, às falas.

O ex-presidente vem repetindo a todas as plateias que o mensalão foi uma grandíssima “farsa”, articulada num conluio entre setores da imprensa e da oposição, com o objetivo de arrancá-lo do poder, em 2005, por meio de um “golpe” sem armas. Com isso – deveria ser óbvio, mas parece que não é – Lula está acusando reiteradamente o STF de ter dado acolhida formal a um processo fajuto, baseado em

fatos que nunca ocorreram, um processo que seria o prolongamento maldito da “farsa”. Atenção: ele não ataca apenas o Ministério Público e a Polícia Federal, ataca também e principalmente o Poder Judiciário em sua mais alta Corte, que seria cúmplice de uma tentativa de golpe de Estado. Em vez de pedir um julgamento justo e desapassionado – a exemplo do que têm feito os próprios acusados –, o que seria legítimo e adequado, Lula fustiga: esse processo não passa de uma falsificação de fato e de direito. Com isso desqualifica a Justiça.

Essa postura vem de tempos. Mais abertamente, vem pelo menos desde 2010. Numa entrevista a blogueiros, ainda instalado no Planalto, Lula caracterizou o mensalão como uma “tentativa de golpe”. E prometeu: “Depois que eu deixar a Presidência, vou querer me inteirar um pouco mais disso, mas, como presidente, não posso ficar futucando”. Em outro evento, como este jornal noticiou em 20 de novembro de 2010, o então presidente anunciou que a partir de janeiro de 2011 iria empenhar-se em “desmontar a farsa do mensalão”. E assim tem sido. Agora, em 21 de maio, ao ser homenageado na Câmara Municipal de São Paulo, ele voltou a falar do caso como um movimento golpista: “Na verdade, era um momento em que tentaram dar um golpe neste país”.

As palavras de Lula encerram o significado de Lula. Ele representa, hoje, a ponta de lança de um discurso corrosivo que acusa o STF de ter recebido como processo jurídico normal uma repugnante tentativa de golpe de Estado.

CONTINUA

31 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Por isso Gilmar Mendes cometeu um erro ao ter dito sim ao convite para se reunir reservadamente com Lula, justamente aquele que enuncia publicamente uma acusação peremptória contra o STF. Agora, nesta semana, Mendes incidiu num segundo erro, que é pior. Falou várias vezes a repórteres sobre seu diálogo com Lula e a cada nova manifestação vem subindo o tom, numa escalada que amedronta. Chegou a dizer que Lula está ligado a “moleques”, “bandidos” e “gângsteres”, que se teriam associado numa operação para desmoralizá-lo.

Aí, complica. O ministro tem o direito – e talvez o dever – de dizer o que ouviu de Lula numa reunião particular. Só não deveria partir para o desaforo. Quando um magistrado da Corte Suprema bate boca, o Estado de Direito bate os dentes.

Naquele dia 26 de abril, num escritório brasiliense, pode ter havido uma conversa grave, mas o cenário que a envolve, e que é público, é mais grave ainda. Tão grave e tão claro que nos cega e nos deixa paralisados.

●
JORNALISTA, É PROFESSOR
DA USP E DA ESPM

O ESTADO DE S. PAULO

Para o bem do Supremo

Até a divulgação do que teria sido a conversa entre o ex-presidente Lula e o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), interme-

diada pelo seu ex-colega Nelson Jobim, havia só uma – e crucial – razão para desejar que finalmente começasse o julgamento dos envolvidos no escândalo do mensalão. Nada menos que cinco anos se passaram desde que a Corte acolheu a denúncia do então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os cabeças, os operadores e beneficiários da compra do apoio de deputados ao governo Lula – e o risco de prescrição das penas a que viessem a ser condenados os 36 réus do processo evidentemente aumentada na razão direta da passagem do tempo. Sem falar que este ano se aposentam dois membros do Supremo e a escolha de seus substitutos pela presidente Dilma Rousseff se daria à sombra das especulações sobre os seus votos na hora do veredicto sobre os mensaleiros.

No entanto, desde o último fim de semana, quando Mendes apareceu na revista *Veja* acusando Lula de pressioná-lo no citado encontro para adiar o julgamento e de indicar que, em troca, impediria que a CPI do Cachoeira respingasse nele, pelo que seriam as suas relações com o senador Demóstenes Torres, parceiro do contraventor, dois outros motivos vieram a se agregar ao imperativo inicial de se levar o processo ao seu desfecho, com a prsteza possível. O primeiro é óbvio: se o STF deixar de incluir o mensalão na sua agenda para os próximos meses, ainda que seja por alguma razão absolutamente legítima em matéria de procedimentos, será impossível remover da opinião pública a impressão desabonadora de que a Corte se curvou aos desejos do ex-presidente, tão cruamente manifestados, de acordo com o que saiu na revista. O segundo motivo para o Supremo Tribunal apressar os trâmites do caso – sem prejuízo do devido processo le-

gal – também se relaciona com a preservação de sua integridade.

Com efeito, o STF não ficou imune à (tardia) iniciativa de Mendes de trazer a público o que teriam sido “as insinuações despropositadas” de Lula, nem ao torvelinho político levantado por suas afirmações, nem, principalmente, à destemperada entrevista convocada pelo magistrado, anteontem, numa dependência do tribunal. Tanto faz se as instituições fazem os homens ou se estes fazem as instituições, como os pensadores do poder discutem há uma eternidade. O fato é que, já não bastasse um ex-titular da Corte (e ex-colaborador de Lula) produzir relatos desencontrados sobre o que se passou no seu escritório e sobre por que se dispôs a abri-lo aos seus especiais convidados naqueles idos de abril; não bastasse o ministro do STF ter permanecido ali depois de ouvir as enormidades que diz ter ouvido; não bastasse Lula sugerir agora que ele mentiu, eis que, envér-gando a toga, Mendes o acusou de ser o irradiador de boatos construídos por “gângsteres, chantagistas, bandidos” para “melar” o julgamento do mensalão.

Uma nota austera e cabal teria sido – para o ministro e para o tribunal que íntegra – a melhor resposta aos rumores de que as suas relações com o senador à beira da cassação seriam impróprias, além de tangenciar o bicheiro unha e carne do político goiano. Anexados ao texto os comprovantes divulgados na entrevista de que ele não foi nem voltou de Berlim nas asas de Cachoeira, quando ali esteve em companhia de Demóstenes – a questão que Lula teria sacado para acuá-lo –, e o assunto morreria. Em vez disso, excedendo-se, fez um comentário que muitos podem considerar constrangedor para a mais alta instância do Judiciário. Falando dos dois voos que fez no País com um colega e uma juíza do Superior Tribunal de Justiça, em aviões fretados pelo senador, perguntou, retoricamente: “Vamos dizer que o Demóstenes me oferecesse uma carona num avião que ele tivesse. Teria algo de anormal?”

Certa vez, ao apoiar a divulgação individualizada dos salários do funcionalismo, o atual titular do STF, Carlos Ayres Britto, observou: “É o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano”. No caso da magistratura, a conta inclui a recusa a convites que outros cidadãos podem aceitar com naturalidade.

31 MAI 2012

31 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ayres atua dentro do STF para abafar caso

Presidente do Supremo pediu a Gilmar Mendes que moderasse o tom e procurou demais ministros para evitar continuação de embate com Lula

Com palavras conciliadoras e um encontro na residência do ministro Gilmar Mendes, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, atuou como homem para abafar a crise que colocou a Corte em rota de colisão com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na noite de terça-feira, horas depois de ter se encontrado com a presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, o presidente do Supremo foi à casa de Gilmar Mendes. "Não fui lá para me solidarizar ou recriminar. Fui conversar com ele", disse ontem Britto.

"Foi uma iniciativa minha. Trocamos umas ideias", acrescentou o presidente do Supremo. "Ele (Mendes) estava razoavelmente bem."

A reunião ocorreu após a posse do ministro José Antonio Dias Toffoli no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e depois de uma cerimônia na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Esperado na solenidade do TSE, Gilmar Mendes não apareceu. Horas antes, em entrevista coletiva a jornalistas, Mendes tinha feito várias acusações a Lula e a pessoas que, na opinião do ministro, tentam atrapalhar o julgamento do mensalão ao espalharem boatos de que uma viagem a Berlim teria sido paga pelo esquema do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Mendes diz que o Supremo arcou com parte dos custos, pois se tratava de viagem oficial, e que ele próprio pagou os demais valores.

Imagem. Antes de falar com Mendes, Ayres Britto conversou

● Imunidade

AYRES BRITTO

PRESIDENTE DO SUPREMO
"O Judiciário está imune a esses dissensos. Isso não nos tira do eixo"

com todos os integrantes do STF, pessoalmente ou por telefone. Ministros confidenciaram que a imagem do tribunal passou por um desgaste com essa crise e que era preciso estancar o processo.

Mas a maioria concluiu que não era o caso de o Supremo defender publicamente Mendes, até porque uma nota oficial do STF acrescentaria tensão ao caso, em vez de esvaziá-lo. Indagado sobre a falta de uma manifestação oficial do tribunal em defesa de Mendes, Britto disse que o colega não pediu nada e ninguém tomou a iniciativa "porque entendeu que não há gravidade suficiente para isso". Mas, a pessoas próximas, Mendes disse ter comentado com Ayres Britto que o sangue subira à sua cabeça.

Ontem, menos de 24 horas após o "desabafo" de Mendes, o ministro chegou à sessão plenária do STF sem querer dar entrevista, numa demonstração de que Ayres Britto teria conseguido convencê-lo a manear nas acusações.

Ayres Britto, por sua vez, negou que o ocorrido tenha desgastado a imagem da Justiça. "O Judiciário está imune a esses dissensos. Tenho dito reiteradamente que somos experimentados em enfrentamento de situações de toda ordem. Isso não nos tira do eixo. Não perdemos o foco que o nosso dever é julgar todo e qualquer processo, inclusive esse chamado de mensalão, com objetividade, imparcialidade, serenidade, enfim, atentos todos nós às provas dos autos."

O presidente do STF disse que não há risco de uma crise institucional. "Não vejo por esse prisma de nenhum modo. O Supremo Tribunal Federal é sobranceiro, altivo, independente, consciente de sua função institucional. E não se afasta disso."

Ayres Britto negou que tenha conversado com a presidente Dilma Rousseff sobre o episódio. Na terça-feira, os dois estiveram juntos. "Conversamos sobre assuntos variados da administração pública, que diz respeito aos dois poderes, mas focadamente discutimos a Rio +20. Sua Excelência me convidou para fazer parte da delegação", disse, sobre o encontro que durou mais de uma hora.

O presidente do Supremo defendeu que o julgamento do mensalão seja marcado, até para evitar mais desgaste. Mas disse que isso somente ocorrerá após o ministro revisor do processo, Ricardo Lewandowski, concluir o seu voto. A expectativa é de que isso ocorra em meados de junho.

O ESTADO DE S. PAULO

Após silêncio na CPI, Cachoeira depõe à Justiça

Juiz federal vai começar a ouvir 10 testemunhas de defesa e 4 de acusação; contraventor e mais 7 suspeitos, sendo 1 foragido, são réus no processo

A Justiça Federal de Goiás começa hoje uma maratona de audiências para o julgamento do contraventor Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, e outros sete membros da organização criminosa comandada por ele e envolvida com esquemas de jogos ilegais.

O processo é resultado da Operação Monte Carlo, na qual 81 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal (MPF). Hoje serão ouvidas dez testemunhas de defesa e outras quatro de acusação. Amanhã será a vez de ouvir os réus. Um deles - Geovani Pereira da Silva - está foragido.

Apesar da expectativa com relação aos depoimentos que devem durar mais de 20 horas, investigadores acreditam que os acusados vão falar pouco ou ainda permanecer em silêncio, lançando mão do direito constitucional de ficar calado.

O advogado de Cachoeira, o ex-ministro da Justiça na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Márcio Thomaz Bastos, conseguiu autorização para que a defesa conversasse por no mínimo quatro horas, nos últimos dois dias, com o seu cliente, que está preso no Centro de Detenção Provisória da Papuda, em Brasília.

Convocado pela CPI que investiga suas relações com políticos, Carlos Cachoeira afirmou que estava disposto a contar o que sabia após o depoimento em juízo, marcado para amanhã, em Goiânia.

Braço direito do contraventor, Lenine Araújo de Souza também prometeu colaborar após a audiência. Por meio dos advogados, o contador do grupo chegou a procurar o Ministério Público em busca de delação premiada. A defesa de Lenine tenta agora algum benefício na CPI do Cachoeira.

● Homem forte

Lenine Araújo de Souza, um dos réus que deporão amanhã, era o braço direito de Cachoeira e responsável pela administração contábil do esquema.

31 MAI 2012

Médico. O contraventor escolheu como testemunha de defesa o médico Arnaldo de Souza Teixeira Júnior, presidente da Unicred (cooperativa de crédito) e pediatra em hospitais de Anápolis (GO).

Bem relacionado. Já Wladimir Garcez, que durante defesa na CPI disse ser um homem bem relacionado politicamente, apostou no deputado estadual Daniel Messac de Moraes (PSDB) para testemunhar a seu favor. Isso porque a primeira indicação do ex-vereador de Goiânia faleceu durante o processo.

Foragido, Geovani Pereira da Silva indicou como testemunha João Evangelista. No entanto, a Justiça teve dificuldades de citá-lo e cobrou explicações sobre seu paradeiro.

O juiz-substituto da 11.ª Vara Federal de Goiás, Paulo Augusto Moreira Lima, é quem vai conduzir as audiências.

Ex-delegado federal, o magistrado participou das investigações desde que elas foram remetidas para a Justiça Federal. Por esse motivo, a defesa de alguns dos acusados chegou a pedir a suspeição do magistrado.

Mestre em ciências penais, Moreira Lima foi aprovado também nos concursos para promotor de Justiça e Defensor Público.

FOLHA DE LONDRINA

Suspeitos de compra de voto completam um mês de prisão

31 MAI 2012

Chefe de Gabinete de Barbosa Neto e ex-diretor da Sercomtel seguem detidos na PEL 2 em Londrina

Amanhã completa um mês das prisões do chefe de Gabinete da Prefeitura de Londrina, Rogério Lopes Ortega, e do ex-diretor de Participações da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho. Eles foram detidos na manhã do dia 1º de maio durante o inquérito conduzido pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que apontou indícios de um suposto esquema de compra de apoio na Câmara para evitar a abertura da Comissão Processante (CP) da Centronic. Ambos seguem detidos na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2). Também foi preso, no mesmo dia, o vereador Eloir Valença (PHS), que teve a conversão da prisão em afastamento cautelar do Legislativo. O adamentar reverteu imediatamente no Tribunal do Jústia (TJ) do Paraná o afastamento.

Além de Ortega, Alysson e Eloir, foram denunciados pelo Ministério Público, por corrupção e formação de quadrilha, o ex-presidente da Sercomtel Roberto Coutinho Mendes, o secretário de Governo Marco Cito e o empresário Ludovico Bonato - os dois últimos estão presos há mais de 30 dias.

O ex-diretor da Sercomtel chegou a ficar em liberdade por uma semana, mas a soltura foi revogada pela juíza substituta em 2º grau, Lilián Romero no dia 17 de maio. Na decisão, a magistrada considerou que foi "litigância de má-fé", por parte da defesa do acusado, o fato de ter sido apresentado o pedido durante o plantão do TJ, sendo que havia pedido semelhante já analisado pela juíza. Alysson, que esteve foragido, se apresentou ao Gaeco no dia 24. No mesmo documento Lilián também decretou extinto um pedido de habeas corpus apresentado em favor de Rogério Ortega.

O advogado de Alysson, Miguel El Kadri, disse à FOLHA ontem que está aguardando nova decisão do TJ sobre o pedido de liberdade. El Kadri negou que o cliente esteja disposto a fazer a delação premiada: "Dizer que vai contribuir não significa delação premiada. Ele vai colaborar com as investigações e vai dizer a verdade em juízo."

Segundo o MP, Alysson teria transportado o dinheiro que seria utilizado para o pagamento da propina ao vereador Amauri Cardoso (PSDB) no dia das pri-

sões em flagrante de Cito e Bonato. El Kadri afirmou que vai provar que o ex-diretor da Sercomtel não repassou nenhum recurso para Cito. Sem confirmação, ele disse que o empresário prestou dinheiro do Coutinho para fazer uma viagem a trabalho". Conforme o advogado, "depois o Coutinho seria restituído pela empresa (Sercomtel). O Alysson não levou o dinheiro". Embora tenha entrado em contradição nas três vezes em que prestou depoimento ao Gaeco, Coutinho sustentou essa versão, antes de ser exonerado da presidência da empresa.

O advogado Maurício Carneiro, que defende Ortega, estava com o celular desligado ontem.

Sem salário

O chefe de Gabinete, Rogério Lopes Ortega, teve suspenso o salário, apesar de continuar oficialmente no cargo. Segundo o secretário de Gestão Pública, Fábio Reali, a medida foi tomada na segunda semana de maio. "O pagamento dele seria ilegal, afinal ele não está prestando o serviço."

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Penduricalhos

31 MAI 2012

Todo o recibo de barnabé tem "penduricalhos" como verba de gabinete, verba disso e daquilo. Na parte do Judiciário os referentes a livros, frutas e mesmo o auxílio alimentação, que acabam beneficiando equiparados, podem cair em função de súmula vinculante que o STF editará. Alguns magistrados tomaram a cautela de depositar esse ganho em conta nova para antecipar-se ao amargor da hipótese de devolução. Tudo o que não estiver previsto na Loman, Lei Orgânica da Magistratura Nacional (auxílio alimentação, livro, fruta) pode cair.

31 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Cheque caução na urgência é crime

O Congresso aprovou projeto da presidente Dilma que transforma em crime qualquer exigência de cheque caução, promissória ou preenchimento de formulário antes do atendimento de uma pessoa em situação de urgência-emergência em um pronto-socorro. A pena é de pagamento multa e prisão de três meses a um ano - prazo que pode triplicar caso a omissão de atendimento leve à morte. Transformar esta prática em crime foi o primeiro passo, mas cabe a todos nós, gestores e profissionais de saúde, sociedade, Ministério Público, Judiciário e polícia, fiscalizar, denunciar e punir as irregularidades.

Com a lei, fica claro que salvar a vida de uma pessoa deve sempre vir antes do que qualquer outro interesse econômico, gerando um instrumento para a punição efetiva daqueles que não seguirem a regra. Respeitamos a participação de instituições privadas no setor, mas a vida não pode ser vista como mercadoria. Ela tem que ser defendida e protegida.

Outra ação para aperfeiçoar o atendimento na rede particular é que, desde janeiro de 2012, os planos de saúde têm de cumprir regras da Agência Nacional de Saúde (ANS) sobre prazo máximo para marcação de consultas, exames e cirurgias. Na rede pública, estamos trabalhando para aperfeiçoar a rede de atendimento às urgências. Exemplo deste compromisso é a expansão das Unidades de Pronto-Atendimento (UPA 24h), que oferecem consultas e tratamentos intermediários, resolvendo até 97% dos casos que atendem.

Sabemos que novas unidades de saúde para cobrir o acesso tão desigual são fundamentais. Mas a alma de um bom serviço de saúde são seus profissionais. Projeto do Ministério da Saúde com hospitais brasileiros de excelência para capacitação e reorganização do atendimento a infarto nas urgências e emergências do SUS foi mundialmente reconhecido pela Sociedade Internacional de Cardiologia. Temos mais médicos, mais qualificados e mais perto de onde a população precisa é essencial para darmos mais um passo na proteção e defesa da vida.

ALEXANDRE PADILHA é ministro da Saúde

FOLHA DE LONDRINA

Banco de DNA de criminosos é um avanço

Medida permitirá identificar com mais segurança autores de crimes e a solucionar os casos de forma mais rápida

31 MAI 2012

A Lei Federal 12.654/2012, sancionada esta semana pela presidente Dilma Rousseff, criando um banco de dados nacional de DNA criminal, representa um avanço para o Brasil. Dentro de seis meses, quando a lei entrar em vigor, as pessoas condenadas por crimes considerados hediondos ou praticados com violência contra a pessoa, como homicídio, extorsão mediante sequestro, estupro serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração do DNA por técnica adequada e indolor.

O Paraná já dispõe de 400 amostras de material genético colhido de pessoas envolvidas em delitos e que serão disponibilizados no banco nacional. Esse compartilhamento de informações entre os Estados por meio de uma central pode ajudar na elucidação de crimes antigos ou a prender pessoas que praticaram atos violentos em uma região do

País e depois acabaram se mudando para outro lugar.

Segundo o projeto, de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o banco reunirá também vestígios deixados nos locais de crime e que poderão ser usados pelas autoridades policiais e ju-

riciais, como sangue, sêmen, unha e fios de cabelo. O banco de dados de DNA que está sendo implantado pela Polícia Federal é denominado Codis, o mesmo usado pelo FBI, a polícia federal dos Estados Unidos. Vale lembrar que a seleção dos laboratórios deve ser criteriosa, utilizando locais com certificação.

O Brasil está atrasado na implantação desse banco nacional. A identificação genética de criminosos acontece em 40 países e o uso dessa tecnologia é recomendado pela Interpol. A medida é importante porque permite identificar com mais segurança autores de crimes, solucionar os casos de forma mais rápida, ajudar a colocar serial killers na cadeia e a evitar que inocentes sejam punidos.

FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

GAZETA DO POVO

31 MAI 2012

STF em seu labirinto

O dano é evidente: julgar quando julgar, decida como decidir no caso do mensalão, o Supremo Tribunal Federal por ora é a primeira vítima do processo.

Não faz bem à confiança nacional ver ministros da Corte Suprema transitando pelo terreno dos mexericos, das intrigas, sendo alvo de ilações melífluas ou de acusações explícitas.

O ambiente exige respeito, já dizia Billy Blanco referindo-se a gafieiras. No caso da representação da guarda do Estado de Direito exige-se, sobretudo, respeitabilidade.

Não é o que inspira a cena.

Do aviso inicial do ministro Ricardo Lewandowski sobre a hipótese de seu voto revisor ser apresentado só no ano que vem, atrasando o julgamento e tornando alguns crimes passíveis de prescrição, até a revelação do tenebroso encontro entre o ex-presidente Lula e o ministro Gilmar Mendes, o que se tem é o desgaste da imagem do Supremo.

Certo ou errado - provavelmente mais errado que certo - o cidadão olha para isso e fica no mínimo desconfiado de que os ministros do STF possam ser permeáveis a pressões.

Espera-se que não sejam como, aliás, vêm cuidando de esclarecer os magistrados. Por meio de negativas peremptórias sobre a possibilidade de sujeição a fatores outros que não os autos do processo, pela defesa da realização do julgamento o quanto antes ou por reações de repúdio à tentativa de pressão por parte do advogado "in pectore" dos réus.

Nesse aspecto, a ofensiva do PT capitaneada por Lula tem obtido resultados,

A ofensiva do PT capitaneada por Lula tem obtido resultados, pois independentemente da data ou do resultado do julgamento, o Tribunal no momento está com sua confiabilidade posta em xeque

pois independentemente da data ou do resultado do julgamento, o Tribunal no momento está com sua confiabilidade posta em xeque.

Não quer dizer que não seja confiável, mas que se conseguiu incutir na sociedade uma dúvida quanto a isso, dando margem a questionamentos em relação ao preceito de que decisão da Justiça não se discute.

O ESTADO DE S. PAULO

E a questão que surge na cabeça do "leigo" - ou seja,

todos aqueles não familiarizados com o funcionamento do Tribunal e com o significado da função daqueles que ali estão para guardar a Constituição - é a seguinte: a coação influirá na decisão?

A interpretação de que a investida de Lula tenha tido efeito contrário ao pretendido, acabando por levar o Supremo a se apressar e os ministros a tender pela condenação como forma de reação, traz consigo a suposição da substituição do racional pelo emocional na conduta dos ministros.

Estaria aí quebrado o compromisso estrito com a legalidade. Da mesma forma se, por razões processuais, o julgamento atrasar mais que o desejado e/ou por ausência de provas suficientes houver absolvições, dar-se-á - e desde já assim se dá - como certo que houve êxito na pressão dos acusados.

O mais provável é que nenhuma dessas impressões correntes traduza com perfeição a realidade.

Mas, sendo assim o que parece, conviria ao Supremo enfrentar de uma vez o problema tratando de desanuviar o cenário e de se recompor com a majestade de suas funções.

Antes que se consolide a visão deformada de que em julgamento estão os juízes e não os 38 réus acusados de organizar um esquema de assalto - lato e estrito sensos - ao Estado.

Aos fatos

Não existe "guerra de versões" sobre a conversa de Lula com Gilmar Mendes no escritório de Nelson Jobim.

O ministro contou e reafirmou com detalhes o que foi dito. Lula e Jobim apenas o desmentiram, mas não apresentaram as respectivas versões a respeito do que foi dito naquele encontro.

31 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

"O STF é sobranceiro, altivo e independente."

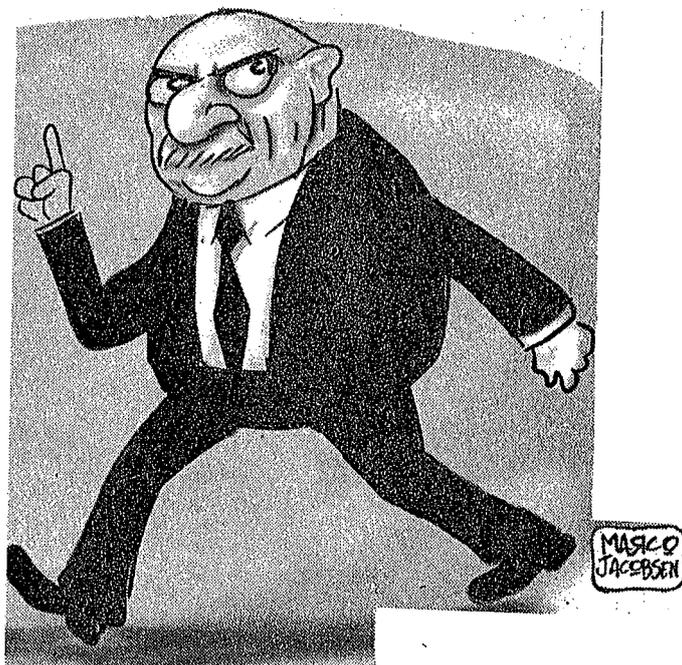
Ministro **Carlos Ayres Britto**, presidente do STF
sobre a briga Lula x Gilmar Mendes

Em baixa

Mediador do encontro entre o ministro Gilmar Mendes (STF) e o ex-presidente Lula, Nelson Jobim teria encontro na última terça-feira com a bancada do PMDB no Senado. Foi desmarcado.

No ataque

O Facebook do ministro Celso Amorim (Defesa) atacou Gilmar Mendes, comparando o ministro do STF a "seres medíocres" e destacando o "esgoto que são suas vidas". Amorim garante que a página não é dele, e sim de "fãs", e estuda uma medida judicial contra seus responsáveis.



- O SUPREMO sou eu!

TRIBUNA DO PARANÁ

Alerta 31 MAI 2012

Perto do colapso

Saldo do déficit do Paraná Previdência mais que dobra em um ano. Servidores propõem auditoria nas contas e buscam soluções

O Fórum Estadual dos Servidores Públicos Estaduais alerta que o déficit técnico acumulado do Paraná Previdência, o fundo de previdência dos funcionários públicos do Paraná, chegou a R\$ 7,3 bilhões ao final de 2011. O saldo mais que dobrou em um ano. O déficit no fim de 2010 era de cerca de R\$ 3,4 bilhões. Os servidores querem que o governo faça auditoria extensa nas contas do fundo para depois discutir soluções para acabar com o problema.

Integrantes do fórum estimam que, se a situação permanecer como está, a instituição entrará em colapso em 2020. "O alerta é para que os servidores não sejam surpreendidos quando novo plano de custeio chegar", afirma Marlei Fernandes, presidente do Sindicato dos Trabalha-



Marlei: contrapartidas.

dores em Educação Pública do Estado do Paraná (APP-Sindicato).

A categoria afirma que o governo quer apenas medidas que afetam diretamente os servidores para tentar salvar o fundo. "O único consenso

entre servidores e o governo é que precisa mudar. Só que o governo propõe apenas aumento da alíquota para o servidor e o retorno da contribuição do inativo", cita Heitor Raymundo, conselheiro do Paraná Previdência. Os servidores reivindicam maiores contrapartidas do governo.

Déficit

Entre as causas para o rombo o fórum aponta: aumento na população de segurados, crescimento da idade média dos servidores ativos, incorporação de ganhos e recomposições salariais nos últimos anos e repasses irregulares do Estado para o fundo. A contribuição por servidor varia de 10% a 14% do salário mensal. O fórum alega que o governo deveria pagar na mesma proporção, mas hoje este percentual está entre 70% e 80% da alíquota.

Rombo geral chega a R\$ 30 bilhões

Segundo Heitor Raymundo, também não se sabe o impacto da incorporação ao Paraná Previdência das aposentadorias e pensões dos servidores do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público. Além disso, já existia déficit anterior à criação da instituição, em 1998, quando as aposentadorias

eram geridas pelo antigo IPE. "O sistema hoje aponta para déficit geral de R\$ 30 bilhões. Se o Paraná Previdência parasse hoje, este seria o valor para pagar tudo o que deve", comenta o conselheiro. O fórum entregou ao governo o levantamento de consultoria externa sobre as contas do fundo.

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Volta cobrança dos inativos

Ainda neste ano o governo deve anunciar o novo plano de custeio do Paraná Previdência e a lei que servirá para "modernizar e blindar" o fundo. A informação foi dada pelo diretor-presidente da Paraná Previdência, Jayme de Azevedo Lima, que repudiou os dados do Fórum Estadual dos Servidores Públicos Estaduais.

Segundo ele, o aumento do passivo atuarial ou déficit técnico de R\$ 7,3 bilhões ocorreu por causa da mudança nas variáveis usadas para o cálculo, mas não traduz a capacidade de pagamento do fundo. "O impacto do reajuste salarial dado pelo governo, por exemplo, alterou completamente o déficit atuarial que não significa déficit financeiro", rebateu.

Ideal

Para Lima, a relação de quem recolhe e recebe está de 15 indivíduos que paga, para cada um que recebe. "A situação ideal é de quatro pessoas pagando para uma recebendo. De qualquer forma, ainda é uma condição sustentável que ficará ainda melhor com a adoção do plano de custeio e da lei em elaboração". Uma das mudanças que devem ocorrer com o novo plano é o retorno da contribuição dos inativos. "O fim da contribuição foi decisão injusta por parte do governo anterior com o Paraná Previdência, pois é um dever constitucional, tanto que a questão também está no Supremo Tribunal Federal", sinalizou. "O governador já reconheceu a dívida que o Estado tem com o Paraná Previdência de R\$ 6,5 bilhões, isso é mais uma garantia que o fundo chegue a 2040 sem ameaça e próximo de se tornar perene".

31 MAI 2012

Bolsa

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) deu provimento ao recurso de estudante e concedeu bolsa integral do Programa Universidade para Todos (ProUni) para o curso Desenho Industrial Design de Moda na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). O coordenador do ProUni havia negado sua inscrição por ela já ter pago matrícula.

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputado pede carro blindado à Assembleia

31 MAI 2012

O deputado Fábio Camargo (PTB) pediu proteção à Assembleia Legislativa do Paraná. Isso significa um carro blindado, contratado temporariamente pelo legislativo, e policiais disponibilizados pelo governo estadual. “Eu fiz como o deputado do Rio de Janeiro que atuava na CPI das Milícias e pediu proteção”, disse Camargo.

Camargo explicou que vem sofrendo ameaças e intimidações e disse acreditar que as ações têm ligações com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que foi criada para investigar concordatas e falências supostamente fraudulentas no estado. Camargo presidiu a comissão, que teve os trabalhos suspensos por decisão judicial. “A situação é muito maior do que muita gente tem noção”, afirmou o deputado. As intimidações, de acordo com o deputado, foram registradas na polícia. O pedido foi encaminhado para a Procuradoria da Casa, onde será emitido um parecer, e depois segue para votação em plenário.

JORNAL DO ESTADO

MENSALÃO

PSDB critica pressão de Lula sobre o STF

31 MAI 2012

O presidente nacional do PSDB, deputado Sérgio Guerra (PE), e o senador Aécio Neves (MG) criticaram ontem a atuação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no episódio que envolveu o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. A cúpula nacional do PSDB está reunida em um hotel em Brasília com os pré-candidatos a prefeito das cem maiores cidades do País.

Aécio considerou “muito grave” que um ex-presidente busque interferir em outro Poder. Lembrou que vem de uma escola política que preserva muito a liturgia do cargo, e que se confirmada a conversa entre Lula e Gilmar - “e há algo de veracidade no relato de Gilmar” - “é triste para a democracia e grave do ponto de vista das instituições”. O presidenciável do PSDB disse que Lula surpreendeu o País e que essa não era a expectativa dos que acreditaram na palavra dele. “Ninguém está acima da lei e ninguém pode tudo num país que preze a democracia”, declarou o senador, para quem houve excesso na ação de Lula e que a população brasileira deverá julgar.

Aécio também lembrou que antes de deixar o cargo, Lula dizia que iria mostrar o comportamento adequado de um ex-presidente, até para tentar contestar alguns artigos de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, disse que leu nos jornais que o ex-ministro José Dirceu, que responde ao Supremo Tribunal Federal na ação do mensalão, “está morrendo de nervoso” diante da expectativa de a Justiça ser feita.